TIM Brasil Serviços e Participações S.A. e empresas controladas

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

em 30 de setembro de 2026

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

30 de setembro de 2026

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas	1
Informações trimestrais individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Relatório da Administração	14
Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas	18
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas	119
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	120

Classificado como Público

Relatório do Auditor Independente sobre as Informações Trimestrais individuais e consolidadas

Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TIM Brasil Serviços e Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Classificado como Público

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador - CRC - RJ 091370/O

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**09/2026**	**12/2025**	**09/2026**	**12/2025**
Ativo		18.121.827	18.504.276	57.766.254	58.436.706
Circulante		998.684	2.321.145	13.585.932	14.959.513
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.202	25.220	3.228.135	3.635.544
Títulos e valores mobiliários	5	406.098	1.315.881	2.369.936	3.590.196
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.897.912	4.901.777
Estoques	7	-	-	462.423	357.204
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	14	288.171	791.797	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	122.786	42.551	133.988	111.320
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	155.194	131.244	1.324.021	1.270.132
Despesas antecipadas	10	-	-	546.478	329.362
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	322.697	452.203
Arrendamentos	17	-	-	37.390	34.098
Outros ativos	13	14.233	14.452	262.952	277.677
Não Circulante		17.123.143	16.183.131	44.180.322	43.477.193
Realizável a longo prazo		2.757	2.220	5.105.076	4.452.733
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	30.138	26.339
Contas a receber de clientes	6	-	-	381.264	137.306
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	434	434	301.532	258.849
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	-	-	996.978	911.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	-	-	1.580.483	1.355.604
Depósitos judiciais	11	1.608	1.071	680.396	678.221
Despesas antecipadas	10	-	-	383.251	340.247
Arrendamentos	17	-	-	197.370	200.148
Outros ativos financeiros	12	-	-	514.672	514.109
Outros ativos	13	715	715	38.992	30.206
Investimentos	14	17.120.386	16.180.911	-	1.260.486
Imobilizado	15	-	-	23.919.968	23.171.451
Intangível	16	-	-	15.155.278	14.592.523

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		18.121.827	18.504.276	57.766.254	58.436.706
Total do Passivo		5.434.520	6.755.271	36.956.120	38.891.222
Circulante		449.231	1.774.679	15.081.276	16.150.010
Fornecedores	18	762	405	4.861.772	5.139.185
Empréstimos e financiamentos	20	128.836	1.537.086	1.090.268	2.462.712
Passivo de arrendamento	17	-	-	1.718.194	1.702.899
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	74.288	168.711
Obrigações trabalhistas		54	42	388.194	361.313
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	381	282	166.284	162.384
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	56.361	26.649	5.642.803	4.882.200
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	239.718	187.018	411.079	614.540
Autorizações a pagar	19	-	-	338.754	321.761
Receitas diferidas	22	-	-	181.195	259.527
Outros passivos e provisões		23.119	23.197	208.445	74.778
Não Circulante		4.985.289	4.980.592	21.874.844	22.741.212
Empréstimos e financiamentos	20	4.985.289	4.980.592	5.999.085	6.833.689
Passivo de arrendamento	17	-	-	12.059.611	12.061.969
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	-	-	38.275	19.395
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	-	-	139.392	33.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	-	-	6.486	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	-	-	1.483.197	1.559.687
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	37	-	-	4.485	4.485
Autorizações a pagar	19	-	-	1.211.990	1.159.672
Receitas diferidas	22	-	-	349.717	506.184
Obrigações com acionistas	24	-	-	515.079	534.292
Outros passivos e provisões		-	-	67.527	28.631
Participações dos não controladores		-	-	8.122.827	7.796.479
Patrimônio Líquido	25	12.687.307	11.749.005	12.687.307	11.749.005
Capital social		8.223.169	8.223.169	8.223.169	8.223.169
Reservas de capital		16.533	31.483	16.533	31.483
Reservas de lucros		3.426.088	3.499.717	3.426.088	3.499.717
Resultado de operações com acionistas não controladores		47.368	45.304	47.368	45.304
Ajustes de avaliação patrimonial		(159)	(159)	(159)	(159)
Ações em tesouraria		(25.855)	(50.509)	(25.855)	(50.509)
Lucro do período		1.000.163	-	1.000.163	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
	Notas	**3º Tri/26**	**09/2026**	**3º Tri/25**	**09/2025**
Receita líquida	27	-	-	-	-
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	-	-
Gerais e administrativas	28	(752)	(2.622)	(1.151)	(2.395)
Resultado de equivalência patrimonial	14	677.974	1.883.687	815.782	1.997.912
Outras receitas (despesas), líquidas	29	11	5	(3)	(18)
		677.233	1.881.070	814.628	1.995.499
Lucro operacional		677.233	1.881.070	814.628	1.995.499
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	32.333	125.552	9.670	32.848
Despesas financeiras	31	(216.821)	(722.744)	(337.920)	(709.598)
		(184.488)	(597.192)	(328.250)	(676.750)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		492.745	1.283.878	486.378	1.318.749
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(1.421)	(1.715)	-	(21.378)
Lucro líquido do período		491.324	1.282.163	486.378	1.297.371
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		491.324	1.282.163	486.378	1.297.371
Participação dos não controladores		-	-	-	-
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação	33	0,03	0,08	0,03	0,08

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
	Notas	**3º Tri/26**	**09/2026**	**3º Tri/25**	**09/2025**
Receita líquida	27	7.069.367	20.840.980	6.710.987	19.704.561
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(3.139.387)	(9.491.704)	(3.025.655)	(9.196.777)
Lucro bruto		3.929.980	11.349.276	3.685.332	10.507.784
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	(1.561.467)	(4.666.126)	(1.504.564)	(4.483.763)
Gerais e administrativas	28	(478.222)	(1.455.933)	(425.692)	(1.293.330)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(42.761)	(87.495)	(25.634)	(78.004)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(262.972)	(341.733)	(65.387)	(149.238)
		(2.345.422)	(6.551.287)	(2.021.277)	(6.004.335)
Lucro operacional		1.584.558	4.797.989	1.664.055	4.503.449
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	298.641	1.723.795	371.403	1.166.308
Despesas financeiras	31	(1.007.831)	(3.937.459)	(1.162.313)	(3.193.657)
Variações cambiais, líquidas	32	174	(6.696)	18.142	(67.103)
		(709.016)	(2.220.360)	(772.768)	(2.094.452)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	875.542	2.577.629	891.287	2.408.997
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(71.447)	(401.744)	(12.986)	(128.825)
Lucro líquido do período		804.095	2.175.885	878.301	2.280.172
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		491.324	1.282.163	486.378	1.297.371
Participação dos não controladores		312.771	893.722	391.923	982.801
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação	33	0,03	0,08	0,03	0,08

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora			
	3º Tri/26	**09/2026**	**3º Tri/25**	**09/2025**
Lucro líquido do exercício	491.324	1.282.163	486.378	1.297.371
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	491.324	1.282.163	486.378	1.297.371

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	3º Tri/26	**09/2026**	**3º Tri/25**	**09/2025**
Lucro líquido do exercício	804.095	2.175.885	878.301	2.280.172
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	804.095	2.175.885	878.301	2.280.172

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período findo em 30 de setembro de 2026

(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros									
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Resultado de operações com acionistas não controladores	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2026	**8.223.169**	**31.483**	**979.980**	**356.935**	**2.162.802**	**45.304**	**(159)**	**(50.509)**	**-**	**11.749.005**	**7.796.479**	**19.545.484**
Lucro líquido do período									1.282.163	1.282.163	893.722	2.175.885
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.282.163	1.282.163	893.722	2.175.885
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo (nota 26)	-	11.450	-	-	-	-	-	-	-	11.450	5.533	16.983
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-	-	-	(2.064)	-	-	-	2.064	-	-	-	-
Reflexo da compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	-	(171.005)	-	(171.005)	(81.133)	(252.138)
Reflexo do cancelamento de ações em tesouraria				(92.758)		(82.813)	-	175.571		-		-
Reflexo das transferências de ações - plano de incentivo a longo prazo	-	(26.400)	-	1.899	-	6.477		18.024	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(282.000)	(282.000)	(422.649)	(704.649)
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	19.294	-	-	-		-	19.294	9.275	28.569
Mudança participação societária	-	-	-	-	-	78.400	-	-	-	78.400	(78.400)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(14.950)	-	(73.629)	-	2.064	-	24.654	(282.000)	(343.861)	(567.374)	(911.235)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**8.223.169**	**16.533**	**979.980**	**283.306**	**2.162.802**	**47.368**	**(159)**	**(25.855)**	**1.000.163**	**12.687.307**	**8.122.827**	**20.810.134**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período findo em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros									
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Resultado de operações com acionistas não controladores	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**8.223.169**	**18.975**	**894.932**	**2.813.518**	**1.865.814**	**43.569**	**297**	**-**	**-**	**13.860.274**	**8.820.803**	**22.681.077**
Lucro líquido do período									1.297.371	1.297.371	982.801	2.280.172
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.297.371	1.297.371	982.801	2.280.172
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo a longo prazo (nota 26)	-	8.554	-	-	-	-	-	-	-	8.554	4.264	12.818
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-	-	-	(2.115)	-	-	-	2.115	-	-	-	-
Frações de ações prescrita (nota 25.b)	-	16.000	-	-	-	-	-	-	-	16.000	7.997	23.997
Reflexo da compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	2.342	-	-	-	-	-	(249.145)	-	(246.803)	(122.135)	(368.938)
Reflexo das transferências de ações - plano de incentivo a longo prazo	-	(17.204)	-	-	-	-	-	17.204	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.769.000)	-	-	-	-	-	(1.769.000)	-	(1.769.000)
Destinação do lucro líquido do período:												
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(480.000)	(480.000)	(595.426)	(1.075.426)
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(684.378)	(684.378)
Mudança participação societária	-	-	-	-	-	100.616	-	-	-	100.616	(100.616)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	9.692	-	(1.771.115)	-	100.616	-	(229.826)	(480.000)	(2.370.633)	(1.490.294)	(3.860.927)
Saldos em 30 de setembro de 2025	**8.223.169**	**28.667**	**894.932**	**1.042.403**	**1.865.814**	**144.185**	**297**	**(229.826)**	**817.371**	**12.787.012**	**8.313.310**	**21.100.322**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**09/2026**	**09/2025**	**09/2026**	**09/2025**
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		1.283.878	1.318.749	2.577.629	2.408.997
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	28	-	-	5.393.315	5.300.546
Resultado de equivalência patrimonial	14	(1.883.687)	(1.997.912)	87.495	78.004
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	6.382	13.661
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	(704)	2.394
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	-	-	144.123	163.320
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(42)	(8)	147.767	(13.957)
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		614.430	509.033	1.325.458	1.189.215
Juros sobre títulos e valores mobiliários		(97.958)	(20.790)	(278.192)	(280.113)
Juros sobre passivo de arrendamento	31	-	-	1.354.316	1.190.878
Juros sobre arrendamentos	30	-	-	(21.445)	(21.656)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	-	-	738.446	564.896
Resultado de operações com outros derivativos		-	-	-	165.780
Perda de investimento avaliado ao valor justo		-	-	263.320	-
Planos de incentivo a longo prazo		-	-	16.983	12.818
		(83.379)	**(190.928)**	**11.754.893**	**10.774.783**
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(893.518)	(439.597)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		14.291	106.028	162.854	143.315
Estoques		-	-	(105.219)	(59.916)
Despesas antecipadas		-	-	(212.420)	(189.388)
Depósitos judiciais		(496)	-	23.621	7.905
Outros ativos		219	107	16.486	(41.357)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		11	7	5.781	(3.671)
Fornecedores		357	290	(346.462)	(713.033)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		28.008	(39.692)	258.009	172.893
Autorizações a pagar		-	-	(7.537)	9.673
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	-	-	(393.774)	(267.952)
Receitas diferidas		-	-	(341.257)	(66.845)
Outros passivos		(133)	85	(59.982)	(193.663)
Caixa gerado (consumido) pelas operações		**(41.122)**	**(124.103)**	**9.861.475**	**9.133.147**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(19.024)	(484.497)	(269.578)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**(41.122)**	**(143.127)**	**9.376.978**	**8.863.569**

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	09/2026	09/2025	09/2026	09/2025
Resgates de títulos e valores mobiliários		1.478.021	349.661	7.223.830	5.763.808
Aplicações de títulos e valores mobiliários		(470.280)	(124.700)	(5.646.786)	(5.708.683)
Adições ao imobilizado e intangível (i)		-	-	(3.266.593)	(3.194.979)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		1.244.940	1.561.128	-	-
Aporte de capital fundo 5G		-	-	-	(84.984)
Contraprestação na aquisição da V8 Tech		-	-	(52.674)	-
Contraprestação na aquisição da I Systems		-	-	(917.121)	-
Recebimento de acordo com o C6		-	-	-	52.000
Outros		-	-	20.934	21.204
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		**2.252.681**	**1.786.089**	**(2.638.410)**	**(3.151.634)**
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		-	5.000.000	-	5.000.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	36	(1.400.000)	(4.411.763)	(2.941.866)	(4.720.756)
Juros pagos – Empréstimos e financiamentos	36	(637.578)	(450.643)	(739.823)	(509.835)
Pagamento de passivo de arrendamento	36	-	-	(1.169.014)	(1.177.982)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	36	-	-	(1.398.223)	(1.210.923)
Ingressos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	24	-	-	-	455.691
Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	24	-	-	(346)	(79.075)
Incentivos de arrendamentos recebidos			-	145.919	24.242
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	78.338	(78.101)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		-	-	(252.138)	(356.133)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	25	(186.999)	(1.779.630)	(868.824)	(2.643.344)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(2.224.577)**	**(1.642.036)**	**(7.145.977)**	**(5.296.216)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(13.018)**	**926**	**(407.409)**	**415.719**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**25.220**	**13.150**	**3.635.544**	**3.271.892**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**12.202**	**14.076**	**3.228.135**	**3.687.611**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**09/2025**	**09/2026**	**09/2025**
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	32.917.750	29.584.916
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(738.446)	(564.896)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(8.942.851)	(6.884.615)
	-	-	23.236.453	22.135.405
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(3.769.070)	(3.489.820)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.446)	(1.656)	(2.924.525)	(2.674.306)
	(1.446)	(1.656)	(6.693.595)	(6.164.126)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(5.393.315)	(5.300.546)
Valor adicionado líquido produzido	(1.446)	(1.656)	11.149.543	10.670.733
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.883.687	1.997.912	(87.495)	(78.004)
Receitas financeiras	125.918	33.205	1.845.376	1.332.500
	2.009.605	2.031.117	1.757.881	1.254.496
Valor adicionado total a distribuir	2.008.159	2.029.461	12.907.424	11.925.229
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	617	447	644.308	589.483
Benefícios	401	201	240.255	237.265
F.G.T.S	6	6	65.231	59.965
Outros	-	-	37.466	48.168
	1.024	654	987.260	934.881
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.879	22.628	2.377.333	1.931.182
Estaduais	-	-	2.255.238	2.249.295
Municipais	-	-	94.287	91.178
	1.879	22.628	4.726.858	4.271.655
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	723.093	708.808	4.014.489	3.401.662
Aluguéis	-	-	1.002.563	1.028.590
	723.093	708.808	5.017.052	4.430.252
Outros				
Investimento social	-	-	369	8.269
	-	-	369	8.269
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos e JSCP	282.000	480.000	282.000	480.000
Lucros retidos	1.000.163	817.371	1.000.163	817.371
Part. Não controladores nos lucro retidos	-	-	893.722	982.801
	1.282.163	1.297.371	2.175.885	2.280.172

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidada

Classificado como Público

RESULTADOS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2026

A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil” ou “Companhia” ou denominadas como “Grupo juntamente com sua controlada e coligada”) é uma companhia por ações, de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela Telecom Italia Finance S.A. – uma empresa do Grupo Telecom Italia. A TIM Brasil tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas concessões e/ou autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Brasil são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“Anatel”).

PERFORMANCE FINANCEIRA

DESCRIÇÃO	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	% A/A
R$ milhões								
Receita Líquida	**7.069**	**6.711**	**5,3%**	**6.965**	**1,5%**	**20.841**	**19.705**	**5,8%**
Receita de Serviços	6.882	6.534	5,3%	6.785	1,4%	20.311	19.191	5,8%
Serviço Móvel	6.451	6.203	4,0%	6.369	1,3%	19.073	18.213	4,7%
Serviço Fixo	430	331	30,1%	416	3,4%	1.238	977	26,7%
Receita de Produtos	188	177	6,0%	181	3,9%	530	514	3,1%
Custos da Operação	**(3.377)**	**(3.243)**	**4,1%**	**(3.397)**	**-0,6%**	**(10.299)**	**(9.823)**	**4,8%**
EBITDA Ajustado	**3.693**	**3.468**	**6,5%**	**3.569**	**3,5%**	**10.542**	**9.882**	**6,7%**
Margem EBITDA Ajustada	52,2%	51,7%	0,6p.p.	51,2%	1,0p.p.	50,6%	50,1%	0,4p.p.
Equivalência Patrimonial	**(43)**	**(26)**	**66,8%**	**(17)**	**156,7%**	**(87)**	**(78)**	**12,2%**
Receitas / Despesas não recorrentes	**(207)**	**-**	**n.a.**	**(56)**	**267,6%**	**(263)**	**0**	**n.a.**
EBITDA	**3.443**	**3.443**	**0,0%**	**3.496**	**-1,5%**	**10.191**	**9.804**	**4,0%**
Margem EBITDA	48,7%	51,3%	-2,6p.p.	50,2%	-1,5p.p.	48,9%	49,8%	-0,9p.p.
Depreciação & Amortização	**(1.858)**	**(1.779)**	**4,5%**	**(1.796)**	**3,4%**	**(5.393)**	**(5.301)**	**1,8%**
Depreciação	(1.333)	(1.284)	3,9%	(1.281)	4,1%	(3.848)	(3.842)	0,1%
Amortização	(525)	(495)	6,1%	(516)	1,8%	(1.546)	(1.458)	6,0%
EBIT	**1.585**	**1.664**	**-4,8%**	**1.700**	**-6,8%**	**4.798**	**4.503**	**6,5%**
Margem EBIT	22,4%	24,8%	-2,4p.p.	24,4%	-2,0p.p.	23,0%	22,9%	0,2p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(709)**	**(773)**	**-8,2%**	**(771)**	**-8,1%**	**(2.220)**	**(2.094)**	**6,0%**
Despesas financeiras	(1.008)	(1.162)	-13,3%	(1.760)	-42,7%	(3.937)	(3.194)	23,3%
Receitas financeiras	299	371	-19,6%	995	-70,0%	1.724	1.166	47,8%
Variações cambiais, líquidas	0	18	-99,0%	(6)	n.a.	(7)	(67)	-90,0%
Lucro antes dos impostos	**876**	**891**	**-1,8%**	**928**	**-5,7%**	**2.578**	**2.409**	**7,0%**
Imposto de renda e contribuição social	(71)	(13)	450,2%	(163)	-56,1%	(402)	(129)	211,9%
Lucro Líquido	**804**	**878**	**-8,4%**	**766**	**5,0%**	**2.176**	**2.280**	**-4,6%**

Receita Operacional

A Receita Líquida Total manteve trajetória de crescimento, refletindo principalmente o desempenho da Receita de Serviços combinada com o aumento da Receita de Produtos.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

Classificado como Público

A evolução da RSM refletiu o desempenho do pós-pago, a desaceleração da queda do pré-pago e a contribuição de outras linhas de receita, incluindo publicidade. O ARPU móvel cresceu 5,0% A/A, alcançando R$ 34,8, com destaque para a evolução do ARPU pré-pago. Nos 9M26, esses fatores também sustentaram o desempenho da RSM.

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

A performance da RSF refletiu o avanço da TIM Ultrafibra, além do efeito positivo da consolidação da V8.TECH ("V8").

Detalhamento da Receita de Produtos (líquido de impostos e deduções):

No 3T26 e nos 9M26, a Receita de Produtos cresceu, refletindo uma contribuição mais relevante das frentes de negócios B2B, enquanto a receita de aparelhos permaneceu praticamente estável no período.

Custos e Despesas Operacionais:

Os Custos e Despesas Operacionais mantiveram o ritmo de desaceleração no ano, permanecendo abaixo da expansão da Receita Líquida e da inflação acumulada (IPCA de 4,58%[1]).

Reconciliação do EBITDA

[1] IPCA de 12 meses acumulados encerrados em setembro de 2026. Fonte: IBGE.

Classificado como Público

Reconciliação EBITDA

DESCRIÇÃO	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	% A/A
R$ milhões								
Lucro Líquido	**804**	**878**	**-8,4%**	**766**	**5,0%**	**2.176**	**2.280**	**-4,6%**
Depreciação & Amortização	1.858	1.779	4,5%	1.796	3,4%	5.393	5.301	1,8%
Resultado Financeiro Líquido	709	773	-8,2%	771	-8,1%	2.220	2.094	6,0%
Imposto de renda e cont. social	71	13	450,2%	163	-56,1%	402	129	211,9%
EBITDA	**3.443**	**3.443**	**0,0%**	**3.496**	**-1,5%**	**10.191**	**9.804**	**4,0%**
Equivalência Patrimonial	43	26	66,8%	17	156,7%	87	78	12,2%
Receitas / Despesas não recorrentes	207	-	n.a.	56	267,6%	263	263	0,0%
EBITDA Ajustado	**3.693**	**3.468**	**6,5%**	**3.569**	**3,5%**	**10.542**	**10.145**	**3,9%**

Depreciação e Amortização (D&A)

O crescimento reflete, principalmente, o efeito da consolidação da I-Systems no trimestre. Nos 9M26, a linha foi afetada principalmente pela maior amortização de software.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido do 3T26 foi negativo em R$ 709 milhões, uma variação de -8,2% no A/A.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social (“IR/CS”) totalizaram R$ 71 milhões no 3T26, frente a R$ 13 milhões no 3T25.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido totalizou R$ 804 milhões no 3T26, uma redução de 8,4% A/A, frente ao registrado no 3T25.

PERFORMANCE OPERACIONAL

Classificado como Público

Todos os resultados apresentados abaixo refletem o desempenho operacional da TIM S.A., controlada direta da Companhia.

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	**61.584**	**62.619**	**-1,7%**	**61.879**	**-0,5%**	**61.584**	**62.619**	**-1,7%**
Pré-Pago	27.555	30.275	-9,0%	28.211	-2,3%	27.555	30.275	-9,0%
Pós-Pago	34.029	32.344	5,2%	33.668	1,1%	34.029	32.344	5,2%
Pós-Pago ex-M2M	26.420	25.378	4,1%	26.128	1,1%	26.420	25.378	4,1%
Adições Líquidas Base Móvel ('000)	**(295)**	**426**	**n.a.**	**(108)**	**174,4%**	**(390)**	**561**	**n.a.**
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M2M ('000)	292	414	-29,5%	247	18,1%	726	1.140	-36,3%
ARPU Móvel (R$)	**34,8**	**33,1**	**5,0%**	**34,3**	**1,5%**	**34,3**	**32,6**	**5,3%**
Pré-Pago	15,2	14,6	4,5%	14,4	5,6%	14,6	14,2	2,4%
Pós-Pago	43,3	44,1	-1,8%	43,8	-1,1%	43,6	44,1	-1,1%
Pós-Pago ex-M2M	55,4	55,5	-0,3%	55,7	-0,5%	55,4	55,1	0,6%
Churn Mensal (%)	**3,1%**	**2,8%**	**0,3p.p.**	**3,0%**	**0,1p.p.**	**3,0%**	**2,9%**	**0,2p.p.**
Pós-Pago ex-M2M	0,8%	0,8%	-	0,9%	-0,1p.p.	0,9%	0,8%	0,1p.p.
Market share	**21,9%**	**23,4%**	**-1,4p.p.**	**22,4%**	**-0,4p.p.**	**21,9%**	**23,4%**	**-1,4p.p.**
Pré-Pago	30,0%	31,4%	-1,4p.p.	30,5%	-0,3p.p.	30,0%	31,4%	-1,4p.p.
Pós-Pago	17,9%	18,7%	-0,8p.p.	18,3%	-0,3p.p.	17,9%	18,7%	-0,8p.p.
Pós-Pago ex-M2M	20,4%	21,1%	-0,7p.p.	20,7%	-0,2p.p.	20,4%	21,1%	-0,7p.p.
Base de Clientes TIM Ultrafibra ('000)	**931**	**823**	**13,2%**	**899**	**3,5%**	**931**	**823**	**13,2%**
FTTH	929	808	14,9%	896	3,6%	929	808	14,9%
ARPU TIM Ultrafibra (R$)	**94,1**	**94,7**	**-0,6%**	**93,3**	**0,8%**	**93,9**	**94,5**	**-0,6%**

Serviço Móvel:

No trimestre, a TIM S.A. somou 61.584 milhões de usuários móveis, uma redução de 1,7% A/A frente ao 3T25.

Serviço Fixo:

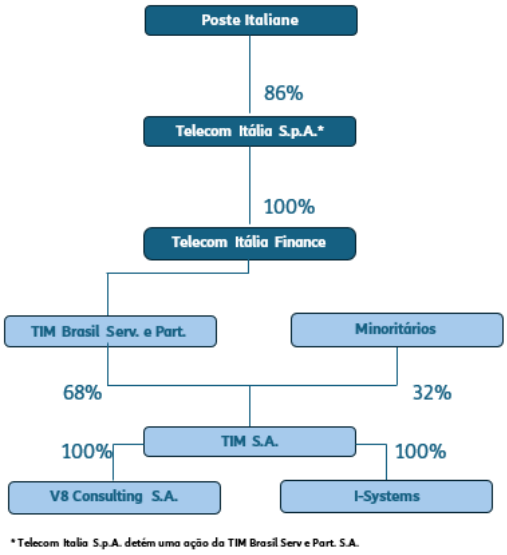
A base de clientes da TIM UltraFibra atingiu 931 mil conexões no 3T26. No mesmo período, a base de FTTH expandiu 14,9% A/A.

Classificado como Público

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil" ou "Companhia" ou denominadas como "Grupo" juntamente com sua controlada e coligada) é uma companhia por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada integralmente pela Telecom Italia Finance S.A. – uma empresa do Grupo Telecom Italia. A TIM Brasil tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas concessões e/ou autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Brasil são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel"). Em 1º de outubro de 2026, a Poste Italiane finalizou aquisições de ações ordinárias da Telecom Italia, passando a deter um total de 1.857.060.167 ações da Telecom Italia, correspondentes a aproximadamente 86,952% do capital social da Telecom Italia. Como resultado da transação, a Poste Italiane passou a exercer o controle da Telecom Italia e, consequentemente, tornou-se a controladora indireta da Companhia.



O Grupo TIM ("Grupo") é composto pela TIM Brasil, por sua controlada direta TIM S.A., a qual detém 100% de participação societária na V8.Tech Consulting S.A. ("V8") e I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. ("I-Systems"), sendo 49% em 31 de dezembro de 2025, quando era classificada como coligada.

Controlada direta – TIM S.A.

Classificado como Público

A Companhia detém 67,82% das ações do capital da TIM S.A. em 30 de setembro de 2026 (67,48% em 31 de dezembro 2025). A controlada TIM S.A detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

1.2. Combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15 (R1))

1.2.1. Aquisição da I-Systems

1.2.1.1 Descrição da transação

Em 11 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da controlada TIM S.A. aprovou a aquisição dos 51% remanescentes do capital social da I-Systems, empresa especializada em infraestrutura de fibra óptica e rede neutra. Até essa data, a TIM S.A. detinha, sem controlar, 49% do capital social da adquirida e, com a conclusão da operação, passou a deter controle, adquirindo 100% do seu capital social, reforçando a estratégia do Grupo voltada à banda larga. Após o cumprimento das condições precedentes e das aprovações regulatórias aplicáveis, a transação foi concluída em 6 de maio de 2026, data em que a TIM S.A. passou a exercer o controle da adquirida.

1.2.1.2 Contraprestação transferida

A contraprestação líquida paga em caixa pela aquisição dos 51% remanescentes foi de R$946.800. Na data da aquisição, a TIM S.A. efetuou pagamento de R$947.106 pela aquisição dos 51% remanescentes da I-Systems. Posteriormente, foi reconhecido ajuste de preço de R$306 da contraparte (já recebidos), resultando em contraprestação transferida de R$946.800 para fins da contabilização da combinação de negócios. A avaliação encontra-se em fase de preparação e revisão conforme laudo de alocação de preço de compra ("*Price purchase allocation*").

Como a TIM S.A. já detinha participação correspondente a 49% do capital social da I-Systems antes da obtenção do controle, a mensuração da combinação de negócios considerou, adicionalmente, em decorrência da aquisição em etapas, o valor justo da participação anterior, que foi remensurada ao valor justo de R$909.669, conforme demonstrado abaixo:

Mensuração da combinação de negócios	
Contraprestação transferida pela aquisição dos 51% remanescentes	947.106
Ajuste valor recebido referente a venda	(306)
	946.800
Valor justo da participação anterior	909.669
Montante considerado na combinação de negócios	1.856.469

Classificado como Público

Aquisição da I-Systems, líquida do caixa adquirido	
Pagamento em aquisição da I-Systems	946.800
Caixa adquirido	(29.679)
Pagamento em aquisição da I-Systems, líquido do caixa adquirido	917.121

Em razão da obtenção do controle, a participação anteriormente detida foi remensurada a valor justo na data da aquisição, em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. O valor encontrado pela remensuração dos 49% anteriormente detidos foi comparado ao investimento contábil em 30 de abril de 2026 e a diferença foi reconhecida como perda de R$ 263.321 no resultado do período, no grupo de outras receitas/(despesas) operacionais (vide nota 29). Em função de tal perda reconhecida, houve o impacto tributário de R$90.339 (vide na nota 8.c).

1.2.1.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração da TIM S.A. utilizou as informações financeiras disponíveis em 30 de abril de 2026 como base para a mensuração preliminar dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da I-Systems na aquisição concluída em 6 de maio de 2026. A avaliação encontra-se em fase de preparação e revisão conforme laudo de alocação de preço de compra ("*Price purchase allocation*"). Esses valores poderão ser ajustados à medida que novas informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição se tornem disponíveis, observado o prazo máximo de 12 meses contados da data da aquisição.

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados à aquisição da I-Systems (ativos líquidos) pela TIM S.A. em 30 de abril de 2026, considerando as análises preliminares até a presente data:

Ativos	**Valores reconhecidos na aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	29.679
Títulos e valores mobiliários	82.392
Contas a receber de clientes	14.081
Impostos a recuperar	17.195
Despesas antecipadas	32.486
Depósitos judiciais	5.556
Outros ativos	9.492
Imobilizado (i)	1.666.755
Intangível (ii)	178.200
Total de ativos	2.035.836

Classificado como Público

Passivos	
Fornecedores	88.313
Empréstimos e financiamentos	565.597
Obrigações trabalhistas	13.724
Impostos a recolher	36.500
Receitas diferidas	57.524
Provisão para contingências	7.068
Total de passivos	768.726
Total dos ativos identificáveis líquidos	**1.267.110**

(i) Inclui a mais valia sobre ativos tangíveis identificados na combinação de negócios no montante de R$152.029. A avaliação a valor justo foi baseada em avaliações de tais ativos pela Administração da controlada TIM S.A..

(ii) Inclui a mais valia de ativos intangíveis identificados na combinação de negócios, de R$ 21.639 relacionado a lista de clientes e de R$112.973 de rede de infraestrutura totalizando R$134.612. A avaliação foi baseada na metodologia *Income Approach – Multi-Period Excess Earnings Method (MPEEM)*.

Em razão da natureza intercompany das receitas da I-Systems, substancialmente realizadas com a TIM e eliminadas na consolidação, os montantes de receita da adquirida não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, tanto no período compreendido entre a data da aquisição e 30 de setembro de 2026 quanto considerando-se que a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2026.

1.2.1.4 Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

O ágio provisório decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	946.800
Valor justo da participação previamente detida	909.669
Total considerado na combinação de negócios	1.856.469
(-) Ativos contábeis líquidos da I-Systems em 30 de abril de 2026	(980.469)
(-) Mais valia de ativos intangíveis	(134.612)
(-) Mais valia ativo fixo	(152.029)
Goodwill provisório reconhecido	589.359

Classificado como Público

O ágio foi reconhecido provisoriamente, decorre principalmente das sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, do fortalecimento da atuação da TIM S.A. em infraestrutura de telecomunicações e da obtenção do controle integral da I-Systems. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo. Para fins fiscais o ágio apurado nesta combinação de negócios será parcialmente dedutível, no montante de R$300.573, atrelado ao valor pago pela participação readquirida pela TIM S.A. de 51%.

1.2.2 Aquisição V8. Tech

1.2.2.1 Descrição da transação

Em 26 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. ("V8.Tech" ou "adquirida"), empresa de tecnologia fundada em 2014, especializada na integração de soluções digitais e prestação de serviços gerenciados, com previsão de pagamentos adicionais variáveis (*earn-outs*). A operação, alinhada à estratégia da TIM de fortalecimento do segmento B2B, esteve condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE em 19 de dezembro de 2025, e o cumprimento de outras condições. O fechamento da aquisição pela TIM ocorreu em 30 de janeiro de 2026, data a partir da qual TIM S.A. passou a deter o controle da adquirida.

1.2.2.2 Contraprestação transferida

A contraprestação transferida pela aquisição foi composta conforme demonstrado abaixo:

Componentes da contraprestação	
Valor pago em caixa na aquisição(i)	99.735
Contraprestação contingente – *earn-out* (ii)	39.106
Total da contraprestação transferida	138.841

(i) Após a conclusão dos ajustes usuais do preço da transação, foi definido o pagamento inicial de R$ 99.735 na data do fechamento, dos quais R$ 9.719 foram retidos ajustes futuros de preço. Assim, o valor efetivamente pago em caixa na data da aquisição totalizou aproximadamente R$ 90.016, sendo o valor retido de R$ 9.719 integralmente liquidado posteriormente, em abril de 2026, atualizado monetariamente para R$ 9.946 (totalizando R$99.961 na data dos efetivos pagamentos).

Classificado como Público

(ii) O contrato de aquisição prevê pagamentos complementares variáveis (*earn-outs*), condicionados ao atingimento de metas previamente definidas até 2030. Na data da aquisição, a contraprestação contingente foi mensurada a valor justo, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3, no montante de R$ 39.106, valor este incluído na contraprestação total reconhecida mensurada. A contraprestação contingente foi classificada como instrumento financeiro e registrada como "Outros passivos e provisões".

1.2.2.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração da TIM S.A. utilizou o balanço de 31 de janeiro de 2026, como base para a transação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da V8. Tech, na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se em fase preparação e finalização conforme laudo de alocação de preço de compra ("*Price purchase allocation*") e poderá ser alterado até a conclusão final que poderá ocorrer até 12 meses da data de aquisição, nesta data a análise preliminar indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Ativos	**Valor justo reconhecido na aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	47.288
Contas a receber de clientes	61.468
Impostos a recuperar	9.288
Despesas antecipadas	16.330
Depósitos judiciais	1.914
Outros	130
Imobilizado	12.675
Intangível (i)	37.367
	186.460
Passivos	
Fornecedores	13.496
Empréstimos e financiamentos	66.280
Passivos de arrendamento	2.089
Obrigações trabalhistas	7.376
Impostos a recolher	5.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	8.414
Receitas diferidas	48.936
Outros passivos	2.173
	153.992
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	32.468

Classificado como Público

(i) Inclui principalmente ativos intangíveis identificados na combinação de negócios – Relacionamento com clientes.

Como parte da alocação preliminar do preço de aquisição, foi identificado e reconhecido separadamente do ágio o ativo intangível relacionamento com clientes, no montante de R$ 30.551. A sua avaliação foi baseada em premissas e projeções adotadas pela Administração da TIM S.A no *Business Enterprise Valuation* (BEV – Avaliação de Empresas) da V8.Tech, com vida útil remanescente estimada em 12,92 anos, o qual foi utilizado para a definição do preço de compra da Transação.

(ii) Representa principalmente o passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído em decorrência do reconhecimento do ativo intangível de relacionamento com clientes a valor justo na data da aquisição, calculado com base nas alíquotas vigentes, no montante de R$10.387.

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo relacionados à aquisição da V8.Tech (ativos líquidos) pela TIM na data da aquisição, bem como os impactos sobre os resultados consolidados da TIM S.A..

Ativos líquidos da V8. Tech em 31 de janeiro de 2026	12.304
Mais valia – Relacionamento com clientes	30.551
Passivo diferido sobre mais valia - Relacionamento com clientes	(10.387)
Ativos identificáveis líquidos a valor justo	32.468
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição	159.987

1.2.2.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

O ágio decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	138.841
(-) Ativos contábeis líquidos da V8.Tech em 31 de janeiro de 2026	(12.304)
(-) Mais valia - Relacionamento com clientes	(30.551)
Passivo diferido sobre mais valia - relacionamento com clientes	10.387
Á*gio* reconhecido	106.373

Classificado como Público

O ágio reconhecido, decorre principalmente das sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, da expansão da base de clientes e do portfólio de soluções B2B, bem como da força de trabalho especializada e do conhecimento técnico da adquirida. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações do Grupo. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Classificado como Público

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia e sua controlada representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.
Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Classificado como Público

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo

A base de consolidação da Companhia em 30 de setembro de 2026, inclui a controlada TIM S.A., que inclui a controlada integral, a V8 e a I Systems (100% de participação).

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Em 30 de setembro de 2026, a Administração avaliou a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável dos ativos e concluiu que não há evidências que justifiquem o reconhecimento de provisão para *impairment* nessa data.

Classificado como Público

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2026.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

g1. As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2026.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB*) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement* of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

• Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

• Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

• Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

• Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente

Classificado como Público

ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.

O Grupo avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

g.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2026. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 (equivalente ao CPC 51): Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício ("DRE"), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O ágio (*goodwil*l) passará a ser apresentado separadamente nas demonstrações financeiras, de acordo com os novos requisitos de apresentação introduzidos pela IFRS18. E há exigências adicionais quanto a agregação/desagregação de saldos conforme natureza para as demonstrações financeiras como um todo.

Em síntese, os efeitos esperados no Grupo concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias.

Classificado como Público

A IFRS 18 é aplicável aos exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A norma deverá ser aplicada retrospectivamente, com a reapresentação das informações comparativas. A Companhia encontra-se em processo de avaliação e implementação dos requisitos da norma, incluindo seus impactos na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e as adequações necessárias em sistemas e processos internos.

Nova norma IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios

Em maio de 2026, o IASB emitiu a IFRS 20 *Rate-regulated Activities*, que estabelece os requisitos para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos regulatórios, passivos regulatórios, receitas regulatórias e despesas regulatórias relacionados a atividades sujeitas à regulação tarifária. A norma introduz requisitos que resultarão em informações complementares àquelas que uma entidade já divulga ao aplicar a norma contábil internacional, como a IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* e substituirá o IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts.

A IFRS 20 entra em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2029, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. Considerando a natureza atual das operações da Companhia e o ambiente regulatório aplicável ao setor de telecomunicações no Brasil, não se espera, preliminarmente, impacto relevante decorrente da adoção da IFRS 20. Contudo, a avaliação dos efeitos contábeis e das divulgações requeridas encontra-se em andamento.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia e sua controlada considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Classificado como Público

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pelo Grupo, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) Arrendamentos

A controlada TIM S.A. possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia e sua controlada na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e sua controlada e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e sua controlada teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia e sua controlada estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e sua controlada (como o custo da dívida).

(e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são avaliados pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamento por parte da administração. Para maiores informações vide notas 1.2. e 2.e.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Caixa e bancos	782	778	79.870	86.651
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissada	11.420	24.442	3.148.265	3.548.893
	12.202	25.220	3.228.135	3.635.544

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026, referente às aplicações financeiras de livre disponibilidade foi 100,11% a.a. na Controladora (99,00% a.a. em 31 de dezembro de 2025) e de 100,47 % a.a. no Consolidado (100,48 % a.a. em 31 de dezembro de 2025), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
FUNCINE [(i)]	-	-	30.138	26.339
Fundo Soberano [(ii)]	-	-	119	1.518
FIC: [(iv)]				
Títulos Públicos [(a)]	270.461	858.481	1.484.195	2.468.017
CDB [(b)]	122	2.500	425	6.083
Letra Financeira [(c)]	52.590	199.751	427.453	543.575
Outros [(d)]	82.925	255.149	457.744	571.003
	406.098	1.315.881	2.400.074	3.616.535
Parcela circulante	(406.098)	(1.315.881)	(2.369.936)	(3.590.196)
Parcela não circulante	-	-	30.138	26.339

Classificado como Público

(i) Desde 2017, a controlada TIM S.A., com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica Nacional, bem como, de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de 0,34 % a.a. (0,17 % a.a. em 31 de dezembro de 2025).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de 99,09 % a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,30 % a.a. em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Está representado por Fundos de Investimentos em Cotas não exclusivos.

(iv) A Companhia e sua controlada TIM S.A. investem em FIC's exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade).

A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026 dos FIC's na Controladora foi de 101,04% a.a. (101,90% a.a. em 31 de dezembro de 2025) e no Consolidado foi de 101,51% a.a. (101,98% a.a. em 31 de dezembro de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).

(a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) Os CDBs são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Classificado como Público

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2025).

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
Contas a receber de clientes	5.279.176	5.039.083
Contas a receber bruta	6.038.204	5.741.906
Serviços faturados	2.987.809	2.695.504
Serviços a faturar ("*unbilled*")	1.666.183	1.418.994
Uso de rede	820.470	997.297
Venda de mercadorias	542.858	603.882
Ativo contratual (nota 22)	20.553	25.898
Outras contas a receber	331	331
Provisão para perdas de crédito	(759.028)	(702.823)
Parcela circulante	(4.897.912)	(4.901.777)
Parcela não circulante	381.264	137.306

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
	(9 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	702.823	670.569
Saldo de companhia adquirida (nota 1.2)	746	-
Constituição de provisão	738.446	765.783
Baixas de Provisão	(682.987)	(733.529)
Saldo Final	759.028	702.823

Classificado como Público

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	09/2026	12/2025
Total	6.038.204	5.741.906
A vencer	4.370.990	4.239.134
Vencidos até 30 dias	457.509	428.654
Vencidos até 60 dias	179.312	139.462
Vencidos até 90 dias	141.139	127.781
Vencidos até 120 dias	139.866	121.913
Vencidos há mais de 120 dias	749.388	684.962

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição

	Consolidado	
	09/2026	12/2025
Total Estoques	462.423	357.204
Estoques	485.698	376.768
Aparelhos celulares e tablets	350.076	269.596
Acessórios e cartões pré-pagos	113.200	88.601
TIM chips	22.422	18.571
Perdas para ajuste ao valor de realização	(23.275)	(19.564)

Classificado como Público

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**	**12/2025**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	123.220	42.985	435.520	370.169
Imposto de renda	123.220	42.985	362.119	299.899
Contribuição social	-	-	73.401	70.270
Parcela circulante	(122.786)	(42.551)	(133.988)	(111.320)
Parcela não circulante	434	434	301.532	258.849

Em 2025, a controlada TIM S.A. reconheceu créditos de IRPJ no montante de R$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R$ 75 milhões compensados até 30 de setembro de 2026. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R$ 224 milhões, a qual foi integralmente utilizada em 31 de dezembro de 2025.

A controlada TIM S.A. possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante de R$ 229 milhões em 30 de setembro de 2026 (R$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026, a controlada TIM S.A. realizou antecipação por meio de depósitos no Banco do Nordeste, no montante de R$ 64 milhões (R$ 31 milhões em 31 de dezembro de 2025), com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2026 e 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Impostos de renda e contribuição social a recolher	381	282	204.559	181.779
Imposto de renda	-	-	118.914	76.518
Contribuição social	381	282	85.645	105.261
Parcela circulante	(381)	(282)	(166.284)	(162.384)
Parcela não circulante	-	-	38.275	19.395

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pelo Grupo.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

Classificado como Público

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	2.535	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	501.331	515.324
Provisão para perdas de crédito esperadas	256.805	236.537
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.731.532	1.553.124
Instrumentos financeiros derivativos	(110.843)	(118.647)
Juros capitalizados 4G e 5G	(185.197)	(211.522)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	950.287	826.882
Depreciação acelerada (iii)	(1.046.864)	(1.035.883)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(159.138)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	144.673	192.507
Ágio amortizado – Cozani	(661.859)	(544.596)
Outros ativos	231.060	273.245
Outros passivos	(80.325)	(81.890)
	1.573.997	1.355.604
Total parcela imposto ativo diferido	3.818.223	3.597.619
Total parcela imposto passivo diferido	(2.244.226)	(2.242.015)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, líquido	1.580.483	1.355.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquido	(6.486)	-

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2026 da controlada TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representa o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos nos contratos de arrendamento. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente. A amortização se dá de forma linear conforme realização do contrato ao longo do tempo.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a controlada TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

Classificado como Público

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da controlada TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. A redução refere-se principalmente aos impactos tributários relacionados à perda apurada na reavaliação do valor justo dos 49% de participação minoritária detida até a aquisição do controle da I-Systems. Para detalhes vide nota 1.2.

(v) Representa o diferido constituído referente ao impairment de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022 pela controlada TIM S.A., que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo.

A controlada TIM S.A. com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**09/2025**	**09/2026**	**09/2025**
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda do período	(1.254)	(15.715)	(709.337)	(513.482)
Contribuição social do período	(461)	(5.663)	(263.251)	(202.137)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	-	-	344.037	326.132
	(1.715)	(21.378)	(628.551)	(389.487)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda diferido	-	-	166.770	183.548
Contribuição social diferida	-	-	60.037	70.445
	-	-	226.807	253.993
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	6.669
	-	-	226.807	260.662
	(1.715)	(21.378)	(401.744)	(128.825)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**09/2025**	**09/2026**	**09/2025**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.283.878	1.318.749	2.577.629	2.408.997
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(436.519)	(448.375)	(876.394)	(819.059)
(Adições) / exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	640.454	679.290	(29.748)	(26.521)
Adições, exclusões permanentes:				
Receitas não tributáveis	-	-	34.551	29.777
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(3)	(16)	(14.943)	(19.610)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	-	-	344.037	326.132
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	(204.138)	(242.955)	239.562	365.645
Diferença temporária com natureza permanente	-	-	(74.717)	-
Outros valores	(1.509)	(9.322)	(24.092)	14.812
	434.804	426.997	474.650	690.234
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(1.715)	(21.378)	(401.744)	(128.825)
Alíquota efetiva	0,13%	1,62%	15,59%	5,35%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM S.A. possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

A controlada TIM S.A. considerou as alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). Para o exercício de 2025, a TIM S.A. não identificou impactos significativos decorrentes dessas alterações. Para o exercício de 2026, a TIM S.A. está realizando as análises para verificação de possíveis impactos.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**	**12/2025**
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	155.194	131.244	2.320.999	2.181.836
ICMS (i)	-	-	1.308.326	1.255.059
PIS / COFINS (ii)	555	555	626.424	556.591
IRRF sobre aplicações financeiras	20.378	7.980	47.346	37.999
IRRF sobre juros sobre capital próprio	134.261	122.709	134.261	122.709
ISS a recuperar	-	-	109.314	109.314
Outros	-	-	95.328	100.164
Parcela circulante	(155.194)	(131.244)	(1.324.021)	(1.270.132)
Parcela não circulante		-	996.978	911.704

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela controlada TIM S.A.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

(iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a TIM S.A. ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

Classificado como Público

10. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	09/2026	12/2025
Despesas Antecipadas	929.729	669.609
Fistel (i)	83.556	-
Propagandas não veiculadas (ii)	94.256	11.814
Aluguéis e seguros	90.583	89.791
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	249.018	215.250
Despesas antecipadas contratuais (iv)	325.156	324.561
Outros	87.160	28.193
Parcela circulante	(546.478)	(329.362)
Parcela não circulante	383.251	340.247

(i) A taxa Fistel é apropriada de forma linear, mensalmente ao resultado. Em 31 de dezembro de 2026, a Companhia espera que o saldo esteja integralmente apropriado.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iv) Representam principalmente os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**	**12/2025**
Depósitos judiciais	1.608	1.071	680.396	678.221
Cível e Regulatório	571	525	265.628	262.544
Trabalhista	-	(12)	53.368	58.520
Tributário	-	-	265.985	254.927
Penhora Online (i)	1.037	558	95.415	102.230

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia e sua controlada vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível e Regulatório

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia e sua controlada. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A controlada TIM S.A. possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R$ 265.985 (R$ 254.927 em 31 de dezembro de 2025), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 45.740 (R$44.920 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 32.380 (R$ 30.457 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

(c) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (blackberry). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 14.747 (R$ 13.990 em 31 de dezembro de 2025).

(d) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 78.770 (R$ 75.553 em 31 de dezembro de 2025).

(e) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 50.885 (R$ 46.512 em 31 de dezembro de 2025).

(f) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à controlada TIM S.A.. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 18.108 (R$ 16.978 em 31 de dezembro de 2025).

12. Ativos financeiros

	Consolidado	
	09/2026	12/2025
Ativos financeiros	514.672	514.109
Fundo 5G (i)	329.613	338.792
Bônus de subscrição (ii)	185.059	175.317
Parcela não circulante	514.672	514.109

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidas no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro. O Grupo deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Classificado como Público

(i) Até 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. realizou aportes em dólares, equivalentes a aproximadamente R$ 270 milhões, no fundo de investimentos focado em soluções 5G "Upload Ventures Growth" ("Fundo 5G"), reforçando seu compromisso com o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G e, dessa maneira, completando os aportes previstos. Não houve novos aportes em 2026.

(ii) Em abril de 2022 a TIM S.A. entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia ("EXA") para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R$174 milhões. O valor do ativo financeiro está registrado a valor justo por R$185 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. A contar da data de 30 de setembro de 2026, esse direito poderá ser exercido nos próximos 3 meses mediante a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Os ativos financeiros relacionados ao Fundo 5G e Bônus de subscrição são avaliados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que se refere à mensuração ao valor justo, conforme previsto nos pronunciamentos contábeis vigentes.

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Outros ativos	14.948	15.167	301.944	307.883
Adiantamento a empregados	3	-	39.634	7.547
Adiantamentos a fornecedores	-	-	30.718	61.013
Valores a receber projetos incentivados	-	-	30.487	27.080
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	-	-	105.649	112.471
Créditos Fistel (i)	-	-	30.641	32.966
Outros	14.945	15.167	64.815	66.806
Parcela circulante	(14.233)	(14.452)	(262.952)	(277.677)
Parcela não circulante	715	715	38.992	30.206

(i) Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que pode ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Classificado como Público

14. Investimento

A participação societária em coligada e controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. Com a conclusão da operação, a TIM S.A. passou a deter a totalidade do capital social da V8. Tech, empresa de tecnologia especializada na integração de soluções digitais e na prestação de serviços gerenciados. Assim, em 30 de setembro de 2026, a V8. Tech é classificada como empresa controlada pela TIM S.A.

I-Systems

Até 6 de maio de 2026, a TIM S.A. ainda detinha 49% de participação no capital social da I-Systems, classificada como coligada e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme descrito na nota 1.2, em 6 de maio de 2026, a controlada TIM S.A. adquiriu os 51% remanescentes do capital social da I-Systems, passando a deter 100% de participação e, consequentemente, o controle da adquirida. A partir dessa data, a I-Systems passou a ser classificada como controlada e suas informações financeiras passam a ser consolidadas pela Controlada TIM S.A.

As informações apresentadas a seguir referem-se ao período comparativo, 31 de dezembro de 2025, onde a I-Systems era classificada como coligada:

Classificado como Público

	12/2025
Ativo	1.895.545
Ativo circulante e não circulante	254.727
Ativo tangível e intangível	1.640.818
Passivo e Patrimônio Líquido	1.895.545
Passivo circulante e não circulante	736.516
Patrimônio líquido	1.159.029
Participação proporcional da controlada TIM S.A.	49%
Ajuste a valor justo	733.757
Custo do investimento	526.729
Valor do investimento (nota 14.b)	1.260.486

	12/2025
Prejuízo líquido do exercício	(220.000)
Participação proporcional da controlada TIM S.A.	49%
Participação da controlada TIM S.A. nos resultados da coligada	(107.800)

(a) Participação em empresas controladas (controladora):

	09/2026	12/2025
	TIM S.A. (controlada)	
Quantidade de ações/quotas detidas	1.611.969.909	1.611.969.909
Participação no capital total	67,82%	67,48%
Patrimônio líquido	25.243.214	23.977.391
Lucro líquido do período	2.777.409	4.311.984
Resultado de equivalência patrimonial	1.883.687	2.909.901
Valor do investimento	17.120.386	16.180.911

Classificado como Público

(b) Participação em empresas coligadas (Consolidado):

	I-Systems	
	09/2026 (até 30/04/26)	**12/2025**
Quantidade de ações/quotas detidas	879.201.118	879.201.118
Participação no capital total	49%	49%
Patrimônio líquido	980.469	1.159.029
Prejuízo do período/exercício	(181.621)	(220.000)
Resultado de equivalência patrimonial	(87.495)	(107.800)
Valor do investimento	-	1.260.486

(c) Mutação do investimento – controladora

	TIM S.A.
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	16.180.911
Resultado de equivalência patrimonial	1.883.687
Dividendos e juros sobre capital próprio	(882.351)
Reflexo da compra de ações em tesouraria, líquido de alienação	(171.005)
Plano de incentivo a longo prazo	11.450
Mudança de participação societária	78.400
Dividendos não reclamados	19.294
Saldo do investimento em 30 de setembro de 2026	17.120.386

(d) Mutação do investimento – consolidado (coligada)

Classificado como Público

	I-Systems
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2025	1.260.486
Resultado de equivalência patrimonial até abril de 2026 (i)	(87.495)
Perda sobre a reavaliação do valor justo da participação anterior à aquisição de controle	(263.321)
Baixa do investimento contábil em 30 de abril de 2026	(909.670)
Saldo do investimento em coligada em 30 de setembro de 2026	-

(i) O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao período em que a I-Systems era classificada como coligada, de janeiro a abril de 2026. Desde 06 de maio de 2026, os resultados da I-Systems passam a ser consolidados nas demonstrações financeiras da TIM S.A.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia (controladora) possui saldo a receber de dividendos e juros sobre capital próprio, pelo montante de R$ 288.171 (R$ 791.797 em 31 de dezembro de 2025).

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para impairment (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Grupo não apresenta nenhum indicativo de impairment em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. O Grupo reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos, os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Classificado como Público

- Movimentação do imobilizado

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/ depreciação	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (nota 1.2)	**Saldo em 09/2026**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	3.708.423	(874.532)	(23.757)	3.450.514	87.326.084
Equipamentos de comutação / transmissão (ii)	43.475.500	92.203	(35.507)	1.550.751	2.640.215	47.723.162
Cabos de fibra ótica	798.737	-	(14)	78.240	407.875	1.284.838
Aparelhos em comodato	4.416.452	698	(17.159)	171.894	18.316	4.590.201
Infraestrutura	8.229.503	-	(407.717)	(1.442.457)	361.009	6.740.338
Bens de informática	1.812.200	-	(1.689)	6.020	6.526	1.823.057
Bens de uso geral	1.099.787	18	(6.838)	36.217	12.680	1.141.864
Direito de uso em arrendamentos (i)	20.590.990	1.662.739	(403.964)	1.625.823	3.893	23.479.481
Terrenos	37.986	-	(892)	-	-	37.094
Obras em andamento	604.281	1.952.765	(752)	(2.050.245)	-	506.049
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(3.992.809)	251.762	-	(1.771.084)	(63.406.116)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(2.185.759)	34.710	-	(1.363.407)	(37.142.294)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(34.819)	14	-	(144.308)	(910.573)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(167.199)	15.172	-	(8.119)	(4.303.843)
Infraestrutura	(5.999.593)	(198.523)	194.856	763.144	(237.457)	(5.477.573)
Bens de informática	(1.770.420)	(15.280)	1.567	-	(5.566)	(1.789.699)
Bens de uso geral	(853.779)	(37.992)	5.443	-	(10.294)	(896.622)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(10.767.198)	(1.353.237)	-	(763.144)	(1.933)	(12.885.512)
Total Imobilizado líquido	23.171.451	(284.386)	(622.770)	(23.757)	1.679.430	23.919.968
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(2.093.556)	(797)	1.550.751	1.276.808	10.580.868
Cabos de fibra ótica	67.277	(34.819)	-	78.240	263.567	374.265
Aparelhos em comodato	272.755	(166.501)	(1.987)	171.894	10.197	286.358
Infraestrutura	2.229.910	(198.523)	(212.861)	(679.313)	123.552	1.262.765
Bens de informática	41.780	(15.280)	(122)	6.020	960	33.358
Bens de uso geral	246.008	(37.974)	(1.395)	36.217	2.386	245.242
Direito de uso em arrendamentos (i)	9.823.792	309.502	(403.964)	862.679	1.960	10.593.969
Terrenos	37.986	-	(892)	-	-	37.094
Obras em andamento	604.281	1.952.765	(752)	(2.050.245)	-	506.049

Classificado como Público

(i) Conforme descrito na nota 17, a controlada TIM S.A. firmou, em março de 2026, um acordo estratégico com a American Tower do Brasil ("ATC") o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM S.A. e ATC. Tal acordo levou a remensuração do valor contábil líquido remanescente no montante de R$ 862.679, que foi transferido entre imobilizado de infraestrutura e direito de uso de arrendamento.

(ii) Refere-se ao ativo imobilizado adquirido avaliado a valor justo nas combinações de negócios descritas na nota 1.2.1, incluindo mais-valia preliminar identificada sobre o ativo imobilizado na alocação do preço de aquisição de R$152.029.

	Consolidado				
	Saldo em 12/2024	Adições	Baixas	Transferências	**Saldo em 09/2025**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	4.261.176	(270.369)	-	79.722.850
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(94.086)	1.919.145	43.022.225
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	5.115	797.098
Aparelhos em comodato	4.256.120	1.111	(42.215)	145.513	4.360.529
Infraestrutura	7.925.713	-	(14.940)	258.446	8.169.219
Bens de informática	1.806.939	-	(3.353)	5.177	1.808.763
Bens de uso geral	1.047.340	-	(1.081)	39.812	1.086.071
Direito de uso em arrendamentos (i)	18.028.112	2.079.715	(113.755)	-	19.994.072
Terrenos	38.084	-	(66)	-	38.018
Obras em andamento	640.586	2.180.350	(873)	(2.373.208)	446.855
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(3.842.780)	142.952	-	(56.616.543)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(2.067.709)	90.131	-	(32.940.129)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(20.096)	-	-	(725.239)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(168.760)	34.833	-	(4.090.591)
Infraestrutura	(5.660.027)	(268.490)	13.875	-	(5.914.642)
Bens de informática	(1.748.687)	(20.042)	3.343	-	(1.765.386)
Bens de uso geral	(803.591)	(38.384)	770	-	(841.205)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(9.080.052)	(1.259.299)	-	-	(10.339.351)
Total Imobilizado líquido	22.815.328	418.396	(127.417)	-	23.106.307
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(2.067.709)	(3.955)	1.919.145	10.082.096
Cabos de fibra ótica	86.840	(20.096)	-	5.115	71.859
Aparelhos em comodato	299.456	(167.649)	(7.382)	145.513	269.938
Infraestrutura	2.265.686	(268.490)	(1.065)	258.446	2.254.577
Bens de informática	58.252	(20.042)	(10)	5.177	43.377
Bens de uso geral	243.749	(38.384)	(311)	39.812	244.866
Direito de uso em arrendamentos (i)	8.948.060	820.416	(113.755)	-	9.654.721
Terrenos	38.084	-	(66)	-	38.018
Obras em andamento	640.586	2.180.350	(873)	(2.373.208)	446.855

Classificado como Público

As obras em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

	Consolidado				
Direito de uso em arrendamento	**Infraestrutura de rede**	**Lojas & Quiosques e imóveis**	**Terrenos (Rede)**	**Fibra**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Saldo de Companhia adquirida	-	1.960	-	-	1.960
Adições (i)	971.318	267.116	241.575	182.730	1.662.739
Transferências (ii)	862.679	-	-	-	862.679
Remensuração	(275.814)	(3.096)	(125.054)	-	(403.964)
Depreciação	(645.657)	(144.090)	(218.359)	(345.131)	(1.353.237)
Saldos em 30 de setembro de 2026	5.909.958	1.440.127	1.909.834	1.334.050	10.593.969
Taxas de depreciação anual	9,50%	9,01%	8,86%	11,06%	

	Consolidado				
Direito de uso em arrendamento	**Infraestrutura de rede**	**Lojas & Quiosques e imóveis**	**Terrenos (Rede)**	**Fibra**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	1.011.152	308.073	282.547	477.943	2.079.715
Remensuração	(78.157)	(2.031)	(28.391)	(5.176)	(113.755)
Depreciação	(553.323)	(132.321)	(219.163)	(354.492)	(1.259.299)
Saldos em 30 de setembro de 2025	4.966.794	1.339.864	2.037.520	1.310.543	9.654.721
Taxas de depreciação anual	8,82%	9,34%	8,26%	12,31%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R$ 167 milhões em 30 de setembro de 2026 (R$ 58 milhões no mesmo período de 2025).

(ii) Transferência do valor contábil líquido remanescente em decorrência do acordo com a American Tower do Brasil.

- Taxas de depreciação

Classificado como Público

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	8 a 12

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia e sua controlada realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) software em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável. Deste modo, o Grupo aplica a norma CPC 20, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

(a) Movimentação do intangível

Classificado como Público

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (nota 1.2.)	**Saldo em 09/2026**
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	1.225.919	(423)	5.579	1.007.465	51.404.275
Direito de uso de softwares	25.633.032	153	(173)	1.203.957	98.528	26.935.497
Autorizações	18.983.124	31.354	-	6.083	42.581	19.063.142
Ágio (i)	3.112.169	-	-	-	696.287	3.808.456
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	5.923	-	226.170
Mais valia em combinação de negócios (ii)	253.629	-	-	-	170.069	423.698
Outros ativos	586.691	-	(250)	507	-	586.948
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	1.194.412	-	(1.210.891)	-	360.364
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(1.580.043)	423	-	(96.165)	(36.248.997)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(835.824)	173	-	(54.896)	(23.594.861)
Autorizações	(11.171.893)	(675.521)	-	-	(37.261)	(11.884.675)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(9.554)	-	-	-	(129.820)
Mais valia em combinação de negócios (ii)	(121.301)	(28.136)	-	-	(4.008)	(153.445)
Outros ativos	(455.438)	(31.008)	250	-	-	(486.196)
Total Intangível Líquido	14.592.523	(354.124)	-	5.579	911.300	15.155.278
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(835.671)	-	1.203.957	43.632	3.340.636
Autorizações (f)	7.811.231	(644.167)	-	6.083	5.320	7.178.467
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	696.287	3.808.456
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(9.554)	-	5.923	-	96.350
Mais valia em combinação de negócios (ii)	132.328	(28.136)	-	-	166.061	270.253
Outros ativos	131.253	(31.008)	-	507	-	100.752
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	1.194.412	-	(1.210.891)	-	360.364

(i) O saldo de ágio inclui goodwill preliminar decorrente das combinações de negócios realizadas no primeiro semestre de 2026, em virtude da aquisição do controle da V8 Tech e I-Systems, nos montantes de R$ 106.373 e R$ 589.359, respectivamente (vide nota 1.2).

(ii) O saldo inclui mais-valias preliminares de R$21.639 relacionado a lista de clientes e de R$112.973 de rede de infraestrutura na aquisição da I-Systems e de R$30.551 na aquisição da V8 relacionada ao ativo lista de clientes, reconhecido separadamente do Goodwill no âmbito da alocação preliminar do preço de cada aquisição.

Classificado como Público

	Consolidado				
	Saldo em 12/2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	**Saldo em 09/2025**
Total Custo do Intangível Bruto	47.460.121	1.124.920	(1.130)	-	48.583.911
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1.130)	1.126.572	25.183.830
Autorizações	18.903.457	39.105	-	24.658	18.967.220
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Mais valia em combinação de negócios	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	2.506	585.861
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.085.815	-	(1.161.280)	260.955
Total Amortização Acumulada	(32.605.161)	(1.463.284)	1.130	-	(34.067.315)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(723.656)	1.130	-	(22.444.911)
Autorizações	(10.272.479)	(674.734)	-	-	(10.947.213)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(8.902)	-	-	(117.172)
Mais valia em combinação de negócios	(88.219)	(24.812)	-	-	(113.031)
Outros ativos	(413.808)	(31.180)	-	-	(444.988)
Total Intangível Líquido	14.854.960	(338.364)	-	-	14.516.596
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(723.656)	-	1.126.572	2.738.919
Autorizações (f)	8.630.978	(635.629)	-	24.658	8.020.007
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(8.902)	-	7.544	103.075
Mais valia em combinação de negócios	165.410	(24.812)	-		140.598
Outros ativos	169.547	(31.180)	-	2.506	140.873
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.085.815	-	(1.161.280)	260.955

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

Classificado como Público

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Clientes	8,4 a 13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

O Grupo possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	09/2026	12/2025
Ágios registrados	3.808.455	3.112.169
Aquisição I-Systems	589.359	-
Aquisição V8. Tech (incluindo ágio já existente pré aquisição)	106.927	-
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da “Intelig” pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da I-Systems

Conforme mencionado na nota 1.2.1, em 6 de maio de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição dos 51% remanescentes do capital social da I-Systems, passando a deter o controle da I-Systems, considerando a participação de 49% anteriormente detida. O ágio foi reconhecido provisoriamente, considerando que o laudo de PPA está em processo de revisão.

Classificado como Público

Ágio na aquisição da V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. O ágio registrado corresponde à parcela da contraprestação transferida que excedeu o valor justo dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos na data da aquisição, refletindo principalmente os benefícios econômicos futuros esperados da combinação de negócios. No momento da aquisição, a controlada V8. Tech, possuía ágio registrado no montante de R$ 554, referente a aquisição da Devires Tecnologia da Informação LTDA., já incorporada.

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a TIM S.A. adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R$2.636.426, o qual consta registrado em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a controlada TIM S.A. identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R$3.038.951 e de lista de clientes de R$253.629.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), realizando a baixa de R$1.051.477 do ágio anteriormente registrado, mantendo saldo remanescente de R$108.172.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a controlada incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de impairment

Classificado como Público

Conforme exigido pela norma contábil, o Grupo realiza anualmente teste de impairment para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de impairment está sumarizada a seguir:

A Administração do Grupo entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de impairment dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da controlada TIM S.A. são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a controlada TIM S.A. não identificou quaisquer indicadores de *impairment.*

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM S.A. assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06/ IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada TIM S.A assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Classificado como Público

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da controlado é de R$ 3.498 milhões (R$3.498 milhões em 31 de dezembro de 2025).

Licença 5G

Em 2021, a controlada TIM S.A. adquiriu licenças 5G no leilão da Anatel, gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a essas licenças no valor de R$2.680 milhões. O pagamento das licenças será realizado em um período de 10 a 20 anos, enquanto as obrigações relacionadas tiveram pagamentos realizados entre 2022 e 2024.

Adicionalmente, no caso das licenças relacionadas à radiofrequência de 3,5GHz, por se tratar de ativo qualificável, ao Grupo capitalizou custos de empréstimos durante o período de implantação. Essa capitalização foi encerrada no segundo trimestre de 2023, com a disponibilidade dos ativos para uso e sua transferência para autorizações. O valor total registrado no ativo intangível do Grupo é de R$ 4.053 milhões (R$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2025).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, o Grupo avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais o Grupo é arrendatário são capitalizados no início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais o Grupo, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível do Grupo e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Classificado como Público

Ativo

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
LT Amazonas (i)	166.960	170.080
Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)	67.800	64.166
	234.760	234.246
Parcela circulante	(37.390)	(34.098)
Parcela não circulante	197.370	200.148

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	Consolidado		
	LT Amazonas	***Subleasing* "lojas revendas" – IFRS16**	**Total**
Valores nominais	244.941	84.640	329.581
2026	8.882	8.724	17.606
2027	35.527	26.595	62.122
2028	35.527	22.361	57.888
2029	35.527	16.297	51.824
2030	35.527	8.612	44.139
2031 em diante	93.951	2.051	96.002
Valor presente	166.960	67.800	234.760

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a controlada TIM S.A. assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a controlada TIM S.A. e Telefónica

Classificado como Público

Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada TIM S.A. possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A controlada TIM S.A. em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis".

O valor de receita de *subleasing* da controlada TIM S.A. no período findo em 30 de setembro de 2026 é de R$ 56.705 (R$ 51.202 no mesmo período de 2025).

Passivo

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
LT Amazonas (i)	319.000	322.409
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede (ii) (a)	7.860.483	7.825.464
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis (ii)	1.700.823	1.533.853
Arrendamentos - Terrenos (Rede) (ii)	2.413.625	2.470.403
Arrendamentos – Fibra (ii)	1.483.874	1.612.739
Total	13.777.805	13.764.868
Parcela circulante	(1.718.194)	(1.702.899)
Parcela não circulante	12.059.611	12.061.969

O montante de juros pagos no período findo em 30 de setembro de 2026 pela controlada TIM S.A. referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R$1.398.223 (R$ 995.466 no mesmo período de 2025).

No período findo em 30 de setembro de 2026, foi pago o montante de R$ 23 milhões pela controlada TIM S.A. (R$ 35 milhões, em 2025), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

Classificado como Público

Em 1º de março de 2026, a TIM S.A. renegociou parte de seus contratos de arrendamento com a ATC, com o objetivo de simplificar e unificar a estrutura contratual e manter os termos e condições consistentes. A renegociação resultou em um impacto na dívida no montante de aproximadamente R$ 12,3 milhões.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Consolidado					
	LT Amazonas	**Arrendamentos Infraestrutura de rede**	**Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis**	**Arrendamentos Terrenos (Rede)**	**Arrendamentos Fibra**	**Total**
Valores nominais	465.428	13.211.153	3.066.157	3.901.136	1.809.134	22.453.008
2026	16.870	449.684	101.882	136.290	153.452	858.178
2027	67.480	1.792.031	370.550	538.081	599.571	3.367.713
2028	67.480	1.774.118	342.812	523.727	564.549	3.272.686
2029	67.480	1.699.248	310.513	488.179	363.129	2.928.549
2030	67.480	1.546.658	268.981	432.029	105.798	2.420.946
2031 em diante	178.638	5.949.414	1.671.419	1.782.830	22.635	9.604.936
Valor presente	319.000	7.860.483	1.700.823	2.413.625	1.483.874	13.777.805

i) LT Amazonas

Em 2013, a controlada TIM S.A. assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil (“LT Amazonas”). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data de entrada em operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Arrendamentos

Classificado como Público

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

(a) Venda e *leaseback* das Torres

A controlada TIM S.A. celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC"), em novembro de 2014 e janeiro de 2015, contratos de venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade, no montante aproximado de R$ 3 bilhões, acompanhados de um Contrato Master de Locação (MLA), pelo prazo de 20 anos, na modalidade de *sale and leaseback*. Foram transferidas 5.873 torres entre 2015 e 2017, totalizando R$ 2.651.247 em vendas, dos quais R$ 1.088.390 foram registrados como receita diferida, amortizada ao longo do prazo contratual (nota 22).

Em março de 2026 a controlada TIM S.A. firmou um acordo estratégico com a ATC, o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo gerou modificação sobre os saldos de venda e *leaseback*, em função de redução do prazo e restrições de uso, com concomitante remensuração de saldos. Por outro lado, a TIM S.A. também possui outros contratos de arrendamentos de torres com a ATC, que tiveram aumento dos prazos, com efeitos de remensuração.

Vale destacar que, do total de R$ 7.860.483 (R$ 7.825.464 em 31 de dezembro de 2025) apresentado em "Arrendamentos – Infraestrutura de Rede", estão incluídos os montantes de R$ 1.345.609 (R$ 1.630.795 em 31 de dezembro de 2025) relacionados à Venda de Torres (*leaseback*) e de R$ 133.138 (R$ 108.588 em 31 de dezembro de 2025) relacionados a arrendamentos de torres vinculados a contratos com empresas torreiras.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R$ 21.894 em 30 de setembro de 2026 (R$ 22.161 no mesmo período de 2025).

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Fornecedores	762	405	4.861.772	5.139.185
Moeda nacional	762	405	4.265.345	4.414.675
Fornecedores de materiais e serviços (i)	762	405	4.163.045	4.322.045
Interconexão (ii)	-	-	55.754	56.960
Roaming (iii)	-	-	7.267	6.391
Co-billing (iv)	-	-	39.279	29.279
Moeda estrangeira	-	-	596.427	724.510
Fornecedores de materiais e serviços (i)	-	-	331.165	285.866
Roaming (iii)	-	-	265.262	438.644
Parcela Circulante	762	405	4.861.772	5.139.185

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A controlada TIM S.A. classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da controlada TIM S.A, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são incluídos nas atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa.

Classificado como Público

A controlada TIM S.A. firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a controlada TIM S.A passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações já foi integralmente pago pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Em 30 de setembro de 2026, a controlada TIM S.A. possui aproximadamente R$ 120 milhões (R$ 591 milhões em 31 de dezembro de 2025) relacionados a operação de risco sacado, conforme detalhado abaixo:

	09/2026	12/2025
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores pagos	120.362	590.646
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores não pagos	-	-
	120.362	590.646

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

19. Autorizações a pagar

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a controlada TIM S.A. possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

Classificado como Público

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
Renovação de autorizações (i)	281.105	289.241
Dívida ANATEL atualizada (ii)	233.065	221.194
Autorizações a pagar (iii)	1.036.574	970.998
	1.550.744	1.481.433
Parcela circulante	(338.754)	(321.761)
Parcela não circulante	1.211.990	1.159.672

(i) Para prestação do SMP, a controlada TIM S.A. obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis[2]. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de setembro de 2026, os saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações eram de R$ 281.105 (R$ 289.241 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM S.A. assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a TIM S.A. distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R$ 233 milhões em 30 de setembro de 2026 (221 milhões em 31 de dezembro de 2025), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração ("Leilão 5G"), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pagado as 4 primeiras parcelas nos montantes de R$46, R$52, R$58 e R$62 milhões).

[2] O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Classificado como Público

As autorizações a pagar em 30 de setembro de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
	09/2026
2027	322.280
2028	73.439
2029	73.439
2030	73.439
2031	66.873
2032 em diante	602.520
	1.211.990

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de setembro de 2026, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Data de Expiração								
Termos de Autorização	**800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz**	**Frequências adicionais 1800 MHz**	**1900 MHz e 2100 MHz (3G)**	**2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)**	**2500 MHz (Banda P (4G)**	**700 MHz (4G)**	**2,3GHz (5G)**	**3,5GHz (5G)**	**26GHz (5G)**
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Abril/2038	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031 (900MHz e 1800MHZ) Dezembro/32 (900MHz)	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	PR, SC, RS – dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e PR, SC, RS - dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)

Classificado como Público

Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); dezembro,2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	Novembro/2028 (800MHz)– Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028 (800MHz) – Março/2031 (900MHz e 1800MHz) -	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Classificado como Público

	Dezembro 2032 (1800MHz)								
Piauí	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (900 e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	Abril/2028 - Março/2031 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	Agosto/2027	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Classificado como Público

				Controladora		Consolidado	
Descrição	**Moeda**	**Encargos**	**Vencimento**	**09/2026**	**12/2025**	**09/2026**	**12/2025**
Debêntures[1] (ii)	BRL	IPCA + 3,9182% a.a.	jun/28	-	-	1.427.353	2.049.182
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	nov/31	-	-	287.037	329.566
BNB[2] (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	fev/28	-	-	260.838	399.975
Debêntures 3ª (iii)	BRL	CDI + 0,35% a.a.	dez/26	-	1.401.937	-	1.401.937
Debêntures 2ª (iii)	BRL	CDI + 0,70% a 0,85% a.a.	Jul/30 a Jul/32	5.114.125	5.115.741	5.114.125	5.115.741
Total				5.114.125	6.517.678	7.089.353	9.296.401
Circulante				(128.836)	(1.537.086)	(1.090.268)	(2.462.712)
Não circulante				4.985.289	4.980.592	5.999.085	6.833.689

[1] É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

[2] As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia.

(iii) Cessão de Direitos Econômicos

(iii) Possuem garantias contratuais representadas por cartas de crédito *standby* (SBLC), avais e cessões fiduciárias;

Os financiamentos da controlada TIM S.A., contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A TIM S.A cumpriu todos os índices estabelecidos.

Classificado como Público

Em 12 e 25 de julho de 2023, a Companhia aprovou sua primeira emissão de debêntures simples, com garantia real, não conversíveis em ações, no montante total de até R$ 5 bilhões. A emissão foi estruturada com prazo de cinco anos e remuneração equivalente a CDI acrescido de 2,30% ao ano, tendo como garantia os dividendos recebidos pela TIM S.A. O objetivo da operação foi viabilizar a remessa de dividendos à Controladora.

Com vistas à otimização das condições financeiras de seu endividamento, em 23 de junho de 2025, foi aprovado o resgate antecipado da 1ª emissão, bem como a realização da 2ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, distribuídas em duas séries, no valor de R$ 5 bilhões. A nova emissão apresenta custo médio de CDI acrescido de 0,77% ao ano e prazo médio de 5,5 anos.

Os recursos captados na 2ª emissão ingressaram em 23 de julho de 2025, e, em 25 de julho de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo integral da 1ª emissão, cujas debêntures foram posteriormente canceladas.

Diante das incertezas tributárias sobre o envio de dividendos ao exterior, em dezembro de 2025, após obter todas as aprovações necessárias, a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, no valor de R$ 1,4 bilhão, com prazo de um ano, passível de pagamento antecipado, com carência de 6 meses e remuneração equivalente a CDI acrescido de 0,35% ao ano.

Os recursos captados na 3ª emissão permaneceram vigentes até junho de 2026, quando a controlada TIM S.A. realizou o resgate antecipado facultativo integral da emissão, cujas debêntures foram posteriormente canceladas.

Todos os covenants financeiros e não financeiros da 1ª emissão foram integralmente cumpridos até sua liquidação.

A 2ª emissão contempla como índice financeiro o indicador de dívida financeira líquida sobre EBITDA, calculado semestralmente. O Grupo vem observando e cumprindo o índice estabelecido.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia (e consolidado) em 30 de setembro de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora	Consolidado
2027	-	58.298
2028	-	793.482
2029	1.391.682	1.447.230
2030	1.392.863	1.448.411
2031	1.102.660	1.153.580
2032	1.098.084	1.098.084
	4.985.289	5.999.085

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

Classificado como Público

	Controladora	Consolidado
2026	131.952	207.088
2027	-	944.594
2028	-	793.482
2029	1.391.682	1.447.230
2030	1.392.863	1.448.411
2031	1.102.660	1.153.580
2032	1.094.968	1.094.968
	5.114.125	7.089.353

Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Com relação às captações contratadas pela controlada: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está detalhado na tabela abaixo:

	09/2026	12/2025
Debêntures (i)	1.432.726	2.062.508
BNDES	287.894	330.551
BNB	261.458	400.926

(i) Debêntures da controlada TIM S.A.

Classificado como Público

21. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**	**12/2025**
Impostos, taxas e contribuições a recolher	56.361	26.649	5.782.195	4.915.408
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	400.639	328.376
Impostos e Taxas ANATEL (i)	-	-	5.121.583	4.347.216
Imposto sobre Serviço - ISS	23	23	29.016	62.197
PIS / COFINS	32.624	26.530	87.563	80.960
Outros (ii)	23.714	96	143.394	96.659
Parcela circulante	(56.361)	(26.649)	(5.642.803)	(4.882.200)
Parcela não circulante	-	-	139.392	33.208

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a controlada TIM S.A. efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2026, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 30 de setembro de 2026 o valor total da obrigação referente a TFF é R$ 5.066 milhões, sendo R$ 3.593 milhões de principal e R$ 1.473 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R$ 4.320 milhões, sendo R$ 3.188 milhões de principal e R$ 1.131 milhões de juros moratórios).

(ii) Na controladora, o saldo inclui R$ 23 milhões referentes ao IRRF incidente sobre JSCP aprovados em setembro de 2026 (não houve saldo correspondente em 31 de dezembro de 2025). No consolidado, a composição desta conta inclui o montante de R$ 86 milhões referente ao IRRF sobre JSCP aprovados em setembro de 2026 (R$ 62 milhões em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

22. Receitas diferidas

	Consolidado	
	09/2026	12/2025
Receitas diferidas	530.912	765.711
Serviços a prestar pré-pago (i)	29.499	130.783
Receitas antecipadas	63.797	31.058
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	369.419	518.445
Passivo contratual (iii)	68.197	85.425
Parcela circulante	(181.195)	(259.527)
Parcela não circulante	349.717	506.184

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17), onde parte do valor foi realizado em 2026 pela renegociação do contrato com a ATC.

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, apresentados abaixo:

	Consolidado	
	09/2026	12/2025
Ativo contratual (nota 6)	20.553	25.898
Passivo contratual	(68.197)	(85.425)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Classificado como Público

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (Passivo) Contratual
	Consolidado
Saldo em 1º. de janeiro de 2026	(59.527)
Adições	16.491
Baixas	(4.608)
Saldo em 30 de setembro de 2026	(47.644)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	Consolidado		
	2026	2027	2028
Ativo (passivo) contratual	(11.619)	(32.027)	(3.998)

A controlada TIM S.A. em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

O Grupo é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos do Grupo e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

Classificado como Público

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.483.197	1.559.687
Cível e regulatória (a)	422.619	466.726
Trabalhistas (b)	180.814	196.916
Tributária (c)	879.764	896.045

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado					
	12/2025	**Saldo de Companhia adquirida**	**Adições, líquidas de reversões**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**09/2026**
	1.559.687	7.068	144.123	(393.775)	166.094	1.483.197
Cível e regulatória (a)	466.726	17	50.362	(132.676)	38.190	422.619
Trabalhistas (b)	196.916	6.585	40.183	(78.025)	15.155	180.814
Tributária (c)	896.045	466	53.578	(183.074)	112.749	879.764

	Consolidado				
	12/2024	**Adições, líquidas de reversões**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**09/2025**
	1.564.293	163.320	(267.953)	21.200	1.480.860
Cível e regulatória (a)	595.611	15.511	(113.278)	(104.167)	393.677
Trabalhistas (b)	209.098	58.491	(93.165)	30.657	205.081
Tributária (c)	759.584	89.318	(61.510)	94.710	882.102

A controlada TIM. S.A e controladas indiretas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

Classificado como Público

a. Processos cíveis e regulatórios

a.1 Ações movidas por consumidores

A controlada TIM S.A. é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$ 139.623 (R$ 133.178 em 31 de dezembro de 2025), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

*A controlada T*IM S.A. é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R$ 86.076 (R$119.954 em 31 de dezembro de 2025).

A controlada TIM S.A. é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. A controlada TIM recorreu a diversas esferas jurídicas, tendo recursos negados, até que a TIM S.A apresentou Agravo Interno, negado inicialmente, porém em julgamento concluído em abril/2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM S.A., reconhecendo a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR como competente para julgar o caso, anulando as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a controlada TIM S.A. reverteu a provisão contábil R$ 169 milhões, sendo R$ 50 milhões principal e R$ 119 milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 11ª Vara Cível de Curitiba/PR, aguardando decisão acerca da existência de contingência com demanda em tramitação pelo TJPR, atualmente em fase recursal, para definir o prosseguimento da demanda.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A controlada TIM S.A. é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R$ 46.655 (R$ 41.146 em 31 de dezembro de 2025).

a.4 Outros

Classificado como Público

A controlada TIM S.A. é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R$ 55.407 (R$ 50.496 em 31 de dezembro de 2025).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A controlada a TIM S.A. é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R$ 19.600 (R$47.564 em 31 de dezembro de 2025).

a.6 ANATEL

A controlada TIM S.A. é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, incluindo Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$ 75.238 (R$ 74.388 em 31 de dezembro de 2025).

b. Trabalhistas e previdenciários

b.1 Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da controlada TIM S.A. por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.148 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2026 (1.347 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a controlada TIM S.A., a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R$ 146.745 atualizado monetariamente (R$ 161.133 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

b.2 Previdenciário

A controlada TIM S.A. é parte de 21 ações em 30 de setembro de 2026 (27 em 31 de dezembro de 2025) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R$ 28.431 (R$ 35.783 em 31 de dezembro de 2025).

c. Processos tributários

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
Tributos Federais	331.336	377.027
Tributos Estaduais	441.481	436.204
Tributos Municipais	60.993	11.861
Processos TIM S.A. (*Purchase price allocation*)	45.954	70.953
	879.764	896.045

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e dois processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R$ 20.186 (R$ 19.313 em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019 e no segundo trimestre de 2026, a controlada TIM S.A. constituiu novas provisões relacionadas a processos de FUST no montante de R$ 78.943 e R$ 32.307 respectivamente, por meio dos quais se busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 111.250 (R$ 75.769 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) A controlada TIM S.A. constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 76.397 (R$ 71.815 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

(iii) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela controlada TIM S.A. O valor provisionado e atualizado é de R$ 23.145 (R$ 22.389 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e um processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

(i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 104.061 (R$ 56.412 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 34.547 (R$ 107.350 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 12.463 (R$ 7.393 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 26.303 (R$ 36.075 em 31 de dezembro de 2025).

(v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 105.940 (R$ 118.327 em 31 de dezembro de 2025).

(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 6.069 (R$ 16.181 em 31 de dezembro de 2025).

(vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R$ 55.762 (R$ 9.214 em 31 de dezembro de 2025).

(viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R$ 5.290 (R$ 5.009 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Além disso, no segundo trimestre de 2026, a companhia realizou o provisionamento de parte de um processo em que discute ISS sobre serviços técnicos, acessórios e interconexão. Com isso, o valor total atualizado na esfera Municipal equivale a R$ 60.993 (R$ 11.861 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$ 45.954 (R$70.953 em 31 de dezembro de 2025).

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A controlada TIM S.A. e controladas indiretas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
	28.644.594	26.722.972
Cível e regulatória (d.1)	1.710.804	1.798.568
Trabalhista e previdenciária (d.2)	448.433	474.376
Tributária (d.3)	26.485.357	24.450.028

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

d.1. Cíveis e regulatórias

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	194.690	129.012
ANATEL (d.1.2)	455.722	566.588
Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)	309.443	447.834
Ex-parceiros comerciais (d.1.4)	330.512	326.930
Socioambiental e infraestrutura (d.1.5)	142.619	77.780
Outros (d.1.6)	277.818	250.424
	1.710.804	1.798.568

Classificado como Público

d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

d.1.2 ANATEL

A controlada TIM S.A. é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.

Em 30 de setembro de 2026, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível é de R$ 110.112 (R$ 249.373 em 31 de dezembro de 2025).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM S.A., que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da controlada TIM S.A. aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

A controlada TIM S.A. vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência apontou indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da controlada TIM S.A., a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

Classificado como Público

A controlada TIM S.A. é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.

d.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A controlada TIM S.A. é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

d.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A controlada TIM S.A. é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

d.1.6 Outros

A controlada TIM S.A. é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

d.2. Trabalhista e Previdenciária

d.2.1. Previdenciária

A controlada TIM S.A. é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R$ 41.512 (R$ 67.492 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

d.2.2. Trabalhistas

Há 1.850 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2026 (2.142 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a controlada TIM S.A e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R$ 406.075 (R$ 406.884 em 31 de dezembro de 2025). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

d.3. Tributárias

	Consolidado	
	09/2026	**12/2025**
	26.485.357	24.450.028
Tributos Federais (d.3.1)	5.910.144	4.991.390
Tributos Estaduais (d.3.2)	13.650.679	12.960.732
Tributos Municipais (d.3.3)	2.039.617	1.988.271
Tributos regulatórios (d.3.4)	4.884.917	4.509.635

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido nos processos da TIM S.A equivale a R$ 17.418.450 (R$ 16.635.711 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 5.910.144 em 30 de setembro de 2026 (R$ 4.991.390 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

(i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A controlada TIM S.A. foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão. Com o julgamento da Câmara Superior de Recursos Fiscais, da Receita Federal, em 2025 foi confirmado um novo êxito parcial, no valor estimado atualizado de aproximadamente R$ 610 milhões. Em 30 de setembro de 2026, o valor remanescente classificado como risco possível é de R$ 1.376.558 (R$ 1.225.208 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

(ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R$ 1.982.105 (R$ 1.825.929 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R$ 541.394 (R$ 289.676 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 247.353 (R$ 232.657 em 31 de dezembro de 2025).

(v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela controlada TIM S.A. a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 365.526 (R$ 351.801 em 31 de dezembro de 2025).

(vi) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da controlada TIM S.A foram intrinsicamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R$ 615.949 (R$ 349.532 em 31 de dezembro de 2025).

(vii) Processo relacionado ao lucro da exploração: questionamento da Receita Federal por suposta utilização indevida do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ referente à Sudene em razão do questionamento quanto a averbação dos laudos apresentados. O valor envolvido é de R$ 390.975 (R$ 355.624 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 30 de setembro de 2026 é de R$ 13.650.679 (R$ 12.960.732 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

Classificado como Público

(i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R$ 1.640.310 (R$ 1.534.669 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 571.008 (R$ 536.534 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R$ 817.414 (R$ 715.792 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária O valor envolvido é de R$ 4.995.500 (R$ 4.872.070 em 31 de dezembro de 2025).

(v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R$ 94.023 (R$ 83.607 em 31 de dezembro de 2025).

(vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$ 1.357.910 (R$1.258.266 em 31 de dezembro de 2025).

(vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$ 2.581.318 (R$ 2.248.803 em 31 de dezembro de 2025).

(viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 230.678 (R$ 237.426 em 31 de dezembro de 2025).

(ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 186.017 (R$ 261.438 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo “Outras OCCs” (Other Credits and Charges), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no

Classificado como Público

Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 2.039.617 em 30 de setembro de 2026 (R$ 1.988.271 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

(i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da controlada TIM S.A. O valor envolvido é de R$ 1.744.228 (R$1.673.534 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 111.894 (R$ 106.438 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 134.296 (R$ 154.989 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R$ 4.884.917 (R$ 4.509.635 em 31 de dezembro de 2025). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

24. Obrigações com acionistas

Operação de grupamento e desdobramento

Classificado como Público

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do Grupo aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da controlada TIM S.A.

A proposta aprovada em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, considerou que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da controlada TIM S.A, (ii) sem alteração no valor do capital social da TIM S.A. ou no número total de ações, (iii) sem modificação dos direitos conferidos pelas ações de emissão da TIM S.A. aos seus titulares e (iv) sem alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

No início de julho de 2025, a controlada TIM S.A. realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após o prazo de 30 dias. Em 14 de julho de 2025, foi realizado leilão para alienação de 22.059.698 ações ordinárias correspondentes às frações resultantes da operação, formadas a partir da aglutinação das frações de ações. O resultado do leilão, no valor total de R$ 455.691, já líquido de custos e taxas, equivalente a R$ 20,66 por ação ordinária, foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, a partir do dia 23 de julho de 2025. Do resultado do leilão, o montante de R$ 79.577 foi pago até 30 de setembro de 2026, restando o montante de R$ 376.125 (R$ 376.458 em 31 de dezembro de 2025) à disposição dos antigos acionistas não identificados ou sem os dados cadastrais completos.

As frações de ações não reclamadas pelos acionistas em até 3 anos, são revertidas ao patrimônio líquido do Grupo no momento de sua prescrição.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 30 de setembro de 2026, o valor de obrigações com acionistas decorrente de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é de R$ 138.954 (R$ 157.831 em 31 de dezembro de 2025).

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social do Grupo, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

Classificado como Público

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da TIM Brasil está representado por 15.865.086.849 ações ordinárias, sem valor nominal, integralizadas em sua totalidade pela Telecom Italia Finance S.A.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	09/2026	12/2025
Valor líquido integralizado	8.223.169	8.223.169
Valor integralizado	8.227.357	8.227.357
(-) Custos de captação	(4.188)	(4.188)

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	09/2026	12/2025
Reserva de capital	16.533	31.483
Plano de incentivo a longo prazo	533	15.483
Outras reservas de capital	16.000	16.000

b.1 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas do Grupo relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

Classificado como Público

b.2 Outras reservas de capital

Corresponde ao reflexo das frações de ações prescritas da controlada TIM S.A, resultantes de grupamentos realizados em exercícios anteriores. Como não foram resgatadas pelos acionistas no prazo legal, essas frações foram revertidas em favor da Companhia e registradas em outras reservas de capital, no montante de R$ 16.000.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Retenção de lucros

Refere-se a valores de lucros retidos, aprovados em Assembleia e utilizados para expansão dos negócios das controladas da Companhia.

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de setembro de 2026 o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivale a R$ 3.143.043 (R$3.143.043 em 31 de dezembro de 2025).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente à redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

Classificado como Público

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com seu estatuto, a Companhia deve distribuir como dividendo mínimo, relativo a cada exercício social, 1% do lucro líquido ajustado. Os ajustes ao lucro são realizados na forma das alíneas a e b, do inciso I, do art. 202, da Lei no 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2025, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025
Lucro líquido do exercício	1.999.339
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(296.988)
(-) Constituição da reserva legal	(85.048)
Lucro líquido ajustado	1.617.303
Dividendos mínimos calculados com base em 1% do lucro ajustado	16.173
Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:	
Juros sobre capital próprio	550.000
Dividendos	766.389
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	1.316.389
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(82.500)
Total de dividendos e JSCP líquidos	1.233.889
Distribuição com base nas reservas de lucro:	
Dividendos intermediários / adicionais	2.532.611
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos	3.766.500

Classificado como Público

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do período, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R$ 550.000 de juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício de 2025, propostos dividendos de R$ 1.769.000 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2025 e proposto dividendos de R$ 1.530.000, os quais foram aprovados em Assembléia Geral Extraordinária em 22 de dezembro 2025, sendo o valor de R$ 766.389 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R$ 763.611 com base na reserva de expansão, totalizando R$ 3.849.000.

Os valores destinados até 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
24/03/2025	30/06/2026	220.000
22/07/2025	25/07/2025	1.769.000
23/09/2025	31/10/2025	260.000
22/12/2025	26/12/2025	70.000
22/12/2025	23/12/2025	1.530.000
Total 2025		**3.849.000**
19/03/2026	até 30/10/2026	59.000
22/06/2026	até 30/10/2026	65.000
21/09/2026	até 31/01/2027	158.000
Total 2026		**282.000**

Até 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou desembolso por meio de JSCP no total de R$ 220.000, o qual havia sido aprovado em março 2025. Da mesma forma, até 31 de setembro de 2025, a Companhia realizou desembolsos por meio de dividendos e/ou JSCP no montante de R$ 1.779.630, sendo 1.769.000 referente JSCP aprovados em 22 de julho de 2025 e R$ 10.630 referente a dividendos mínimos obrigatórios 2024.

O saldo total em 30 de setembro de 2026 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” da Companhia, totalizando R$ 239.718 (R$ 187.018 em 31 de dezembro 2025) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$18 (R$18 em 31 de dezembro 2025) além do montante de R$ 282.000 (R$ 239.700 líquidos) de JSCP aprovados em 2026 a serem pagos em 2026 e 2027.

Classificado como Público

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

e. Ações em tesouraria

A controlada TIM S.A. mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de agosto de 2026, foi encerrado o programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração da TIM S.A. em 12 de fevereiro de 2025 (Programa 8). Durante sua vigência, foram adquiridas 46.884 milhares de ações ordinárias, das quais 28.679 milhares de ações foram canceladas em 16 de dezembro de 2025, permanecendo o saldo remanescente em tesouraria. O programa também previa a destinação de parte das ações recompradas para atendimento ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (LTI).

Em 19 de agosto de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou um novo programa de recompra de ações (Programa 9), autorizando a aquisição de até 55.187 milhares de ações ordinárias de emissão da TIM S.A. correspondentes a aproximadamente 2,31% do total de ações ordinárias, limitado ao montante de R$ 1 bilhão. As ações adquiridas poderão permanecer em tesouraria ou ser posteriormente canceladas, observados os limites legais e regulamentares aplicáveis. O programa permanecerá vigente até 19 de fevereiro de 2028.

Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou o cancelamento de 28.679 milhares de ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, passando o capital social a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias. Posteriormente, em 17 de setembro de 2026, foi aprovado o cancelamento de outras 13.200 milhares ações mantidas em tesouraria, também sem redução do capital social, resultando em um capital social dividido em 2.378.925.889 ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2026, a controlada TIM S.A. mantém em tesouraria 2.151 (3.458 em 31 de dezembro de 2025) milhares de ações ordinárias, totalizando R$ 42.188 (R$ 78.539 em 31 de dezembro de 2025).

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2021-2023" e "Plano 2024-2026" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na controlada TIM S.A.

Classificado como Público

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Total (TIM SA)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início da período (dez/25)	Ações (principal) outorgadas durante o período 2026	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro durante o exercício				Ações canceladas (principal) durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do período (set/26)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2026	887.812	mai/29	R$ 26,78	-	887.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**887.812**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2025	1.368.704	mai/28	R$ 17,22	1.121.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.551)	**1.060.408**
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R$ 18,34	884.346	-	(147.340)	(73.671)	(31.502)	(252.513)	-	-	-	-	(100.791)	**636.215**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R$ 12,60	687.088	-	(623.503)	(445.552)	(188.660)	(1.257.715)	-	-	-	-	(51.207)	**12.378**
Total				**2.693.393**	**887.812**	(770.843)	(519.223)	(220.162)	(1.510.228)	-	-	-	-	(213.549)	**2.596.813**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 20,74**												

Classificado como Público

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o período 2025	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (set/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2025	1.383.956	mai/28	R$ 17,22	-	1.383.956	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.808)	**1.342.148**
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R$ 18,34	1.142.341	-	(88.693)	(44.360)	(11.012)	(144.065)	-	-	-	-	-	**1.053.648**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R$ 12,60	1.097.732	-	(303.469)	(265.491)	(77.121)	(646.081)	-	-	-	-	(2)	**794.261**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R$ 13,23	426.595	-	(403.661)	(253.959)	(111.224)	(768.844)	(11.645)	(6.186)	(3.016)	(20.847)	(11.289)	-
Total				**2.666.668**	**1.383.956**	(795.823)	(563.810)	(199.357)	(1.558.990)	(11.645)	(6.186)	(3.016)	(20.847)	(53.099)	**3.190.057**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 16,44**												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Classificado como Público

Plano 2024-2026 – 3ª outorga - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2026 a 31 de março de 2026.

Em 30 de setembro de 2026, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$ 29.983 (R$ 27.485 em 30 de setembro de 2025). No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026, a TIM S.A. não efetuou pagamentos em dinheiro aos participantes do Plano de Incentivo de Longo Prazo. No mesmo período de 2025, foram realizados pagamentos em dinheiro aos participantes desse programa no montante de R$ 14.667.

Ações destinadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo

Conforme descrito na nota 25.e, o programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração da TIM S.A. em fevereiro de 2025 previa a destinação de aproximadamente 5 milhões de ações à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O referido programa foi encerrado em 12 de agosto de 2026. Até 30 de setembro de 2026, a TIM S.A. havia transferido para o referido plano 3,1 milhões de ações ordinárias, sendo 1,5 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 (1,6 milhão em 2025).

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Classificado como Público

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 30 de setembro de 2026 é de R$ 134.176 (R$ 80.775 em 30 de setembro de 2025).

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Até 31 de dezembro de 2025, os valores referentes ao Acordo, foram liquidados.

Adicionalmente, a receita de serviços inclui receitas da V8.Tech, relacionadas a soluções digitais e serviços de tecnologia, e da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A., relacionadas à infraestrutura de fibra óptica e rede neutra.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a TIM S.A. não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A controlada TIM S.A. efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a controlada TIM S.A. verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a TIM S.A. passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A TIM S.A. entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Classificado como Público

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Consolidado	
	09/2026	**09/2025**
Receita operacional líquida	20.840.980	19.704.561
Receita operacional bruta	32.917.750	29.584.916
Receita de serviços	31.835.332	28.511.802
Receita de serviços - Móvel	29.567.834	26.858.664
Receita de serviços – Fixa	2.267.498	1.653.138
Venda de mercadorias	1.082.418	1.073.114
Deduções da receita bruta	(12.076.770)	(9.880.355)
Impostos incidentes	(3.133.919)	(2.995.740)
Descontos concedidos	(8.937.126)	(6.876.334)
Devoluções e outros	(5.725)	(8.281)

Classificado como Público

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora			
	09/2026		09/2025	
	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
	(2.622)	(2.622)	(2.395)	(2.395)
Pessoal	(1.088)	(1.088)	(672)	(672)
Serviços de terceiros	(1.237)	(1.237)	(1.594)	(1.594)
Impostos, taxas e contribuições	(85)	(85)	(85)	(85)
Aluguéis e seguros	1	1	1	1
Outros	(213)	(213)	(45)	(45)

	Consolidado							
	09/2026				09/2025			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(9.491.704)	(4.666.126)	(1.455.933)	(15.613.763)	(9.196.777)	(4.483.763)	(1.293.330)	(14.973.870)
Pessoal	(81.481)	(759.673)	(354.653)	(1.195.807)	(46.726)	(734.382)	(343.197)	(1.124.305)
Serviços de terceiros	(609.186)	(1.541.443)	(633.382)	(2.784.011)	(474.250)	(1.512.322)	(568.954)	(2.555.526)
Interconexão e meios de conexão	(2.908.780)		-	(2.908.780)	(2.751.755)		-	(2.751.755)
Depreciação e amortização	(4.670.081)	(319.127)	(404.107)	(5.393.315)	(4.670.240)	(309.473)	(320.834)	(5.300.547)
Impostos, taxas e contribuições	(119.957)	(641.312)	(25.531)	(786.800)	(110.925)	(667.598)	(20.473)	(798.996)
Aluguéis e seguros	(399.026)	(138.953)	(27.714)	(565.693)	(437.083)	(138.364)	(23.867)	(599.314)
Custo das mercadorias vendidas	(690.689)	-	-	(690.689)	(699.586)	-	-	(699.586)
Publicidade e propaganda	-	(504.715)	-	(504.715)	-	(527.611)	-	(527.611)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(738.446)	-	(738.446)	-	(564.896)	-	(564.896)
Outros	(12.504)	(22.457)	(10.546)	(45.507)	(6.212)	(29.117)	(16.005)	(51.334)

A controlada TIM S.A. faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R$ 25.066 (R$ 24.394 em 30 de setembro de 2025). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o

Classificado como Público

funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da TIM S.A. no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	09/2025	09/2026	09/2025
Receitas				
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	92.052	87.753
Receita na alienação de ativos	-	-	7.976	6.123
Outras receitas (i)	16	13	157.764	59.066
	16	13	257.792	152.942
Despesas				
FUST/FUNTTEL (ii)	-	-	(124.458)	(120.364)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(15.622)	(8.921)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de	(11)	(25)	(173.070)	(145.069)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(5.539)	(10.975)
Outras despesas	-	(6)	(280.836)	(16.851)
	(11)	(31)	(599.525)	(302.180)
Outras receitas (despesas), líquidas	5	(18)	(341.733)	(149.238)

(i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas, sendo R$ 149.026 em 30 de setembro de 2026 (R$ 40.571 em 30 de setembro de 2025). O aumento de cerca de R$80 milhões no período está relacionado à realização em 2026 devido à renegociação do contrato com a ATC, conforme descrito na nota 17.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

(iii) Inclui o montante de R$ 263.321 referente à perda decorrente da remensuração a valor justo da participação anteriormente detida na I-Systems na data da aquisição do controle, que está sob revisão, conforme previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3.

Classificado como Público

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	09/2025	09/2026	09/2025
Receitas financeiras	125.552	32.848	**1.723.795**	**1.166.308**
Juros sobre aplicações financeiras	105.823	23.306	636.222	589.838
Juros de clientes	-	-	45.634	32.879
Juros swap (ii)	-	-	885.325	206.234
Juros sobre arrendamento	-	-	21.445	21.656
Atualização monetária (i)	19.729	9.542	112.661	236.971
Outras receitas	-	-	22.508	78.730

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger o Grupo de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	09/2025	09/2026	09/2025
Despesas financeiras	(722.744)	(709.598)	(3.937.459)	(3.193.657)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(627.302)	(493.885)	(823.177)	(682.214)
Juros sobre impostos e taxas	(89)	-	(317.447)	(320.793)
Juros swap (ii)	-	-	(835.206)	(241.093)
Juros sobre sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	-	-	(1.354.316)	(1.190.878)
Atualização monetária (iii)	(2)	(2)	(229.220)	(171.913)
Descontos concedidos	-	-	(51.138)	(37.884)
Outros derivativos (iv)	-	-	(6.942)	(165.780)
Outras despesas	(95.351)	(215.711)	(320.013)	(383.102)

Classificado como Público

(i) Na controladora, juros incorridos sobre as debêntures, representado pelas debentures emitidas em julho/23 (apenas 2025) e emitidas em julho/25 e dezembro/25 (em 2025 e 2026), conforme nota 20.

(ii) Representa as perdas incorridas com instrumentos de swap contratados com o objetivo de proteger a TIM S.A. das variações das taxas de juros incidentes sobre suas dívidas

(iii) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R$ 228.787 (R$ 171.911 em 30 de setembro de 2025);

(iv) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais. Os valores das operações com o C6 foram liquidados em dezembro de 2025.

32. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	09/2025	09/2026	09/2025
Receitas				
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	271	7.739
Fornecedores	365	357	68.212	102.677
Swap (ii)	-	-	-	3.602
Contas a Receber	-	-	34.468	40.184
Ativo Financeiro	-	-	18.629	11.990
	365	357	121.580	166.192
Despesas				
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	(2.029)	(3.596)
Fornecedores	(365)	(357)	(30.454)	(49.908)
Swap (ii)	-	-	-	(7.739)
Contas a Receber	-	-	(56.678)	(114.036)
Ativo Financeiro	-	-	(39.115)	(58.016)
	(365)	(357)	(128.276)	(233.295)
Variações cambiais, líquidas	-	-	(6.696)	(67.103)

(i) Refere-se às variações cambiais incidentes sobre o Fundo 5G, conforme nota 12.

33. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Classificado como Público

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	09/2026	09/2025
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.282.163	1.297.371
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	15.865.087	15.865.087
Lucro básico por ação (expresso em R$)	0,08	0,08

(b) Diluído

Não há ações potencialmente diluidoras da participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Telecom Italia Sparkle (i)	-	-	2.115	8.391
TI Sparkle (iii)	-	-	-	5
TIM S.A. (vii)	10.858	10.858	-	-
Telecom Italia S.p.A. (ii)	-	-	4.027	5.850
I-Systems (ix)	-	-	-	53.538
TIM S.A (x)	288.171	791.797	-	-
Outros	-	-	97	97
Total	299.029	802.655	6.239	67.881

Classificado como Público

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	09/2026	12/2025	09/2026	12/2025
Telecom Italia S.p.A. (ii)	-	-	129.814	90.846
Telecom Italia Sparkle (i)	-	-	2.130	6.407
TI Sparkle (iii)	-	-	2.746	2.402
I-Systems (viii)	-	-	-	56.027
TIM S.A. (iv)	23.104	23.183	-	-
Outros	-	-	6.883	4.138
Total	23.104	23.183	141.573	159.820

	Receita	
	Consolidado	
	09/2026	09/2025
Telecom Italia S.p.A. (ii)	14.561	18.667
Telecom Italia Sparkle (i)	5.784	3.033
TI Sparkle (iii)	19	247
I Systems (ix)	739	1.680
Total	21.103	23.627

	Custos/Despesa	
	Consolidado	
	09/2026	09/2025
Telecom Italia S.p.A. (ii)	125.931	115.882
Telecom Italia Sparkle (i)	2.913	3.504
TI Sparkle (iii)	11.665	10.933
Grupo Vivendi (v)	-	1.851
Gruppo Havas (vi)	-	274.836
I-Systems (viii)	148.679	340.893
Outros	25.477	24.929
Total	314.665	772.828

Classificado como Público

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale.*

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referiam-se aos serviços de publicidade, dos quais R$ 255.949, em 30 de setembro de 2025 estavam relacionados aos repasses de mídia. Em 30 de setembro de 2026, não há valores registrados, uma vez que o Gruppo Havas deixou de ser parte relacionada em maio de 2025.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

(ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

(x) Os valores referem-se ao saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber da controlada.

(xi) Os valores referem-se a serviços de capacidade de rede prestados pela I-Systems.

A TIM S.A possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de setembro de 2026, a controlada TIM S.A. investiu R$ 369 (R$ 8.269 em 30 de setembro de 2025).

Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

Classificado como Público

	Controladora	Consolidado	
	09/2026	09/2026	09/2025
Benefícios de curto prazo	273	21.097	20.224
Remuneração baseada em ações	-	13.006	13.578
	273	34.103	33.802

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados no Grupo destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O Grupo não aplica a *"hedge accounting*".

A controlada TIM S.A, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da controlada TIM S.A. estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros do Grupo estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que o Grupo está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de o Grupo computar o aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, o Grupo realiza: contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos do Grupo indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Classificado como Público

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pelo Grupo indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão do Grupo de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). O Grupo optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras do Grupo, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que o Grupo possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada TIM S.A. computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a TIM S.A. realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A TIM S.A. estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 20.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da controlada TIM S.A. são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Classificado como Público

Todas as aplicações financeiras do Grupo possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a controlada TIM S.A. tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da TIM S.A. computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada TIM S.A. minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	09/2026		12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	322.697	74.288	452.203	168.711
	322.697	74.288	452.203	168.711
Parcela circulante	(322.697)	(74.288)	(452.203)	(168.711)

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

Classificado como Público

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	09/2026			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**TOTAL**
Total do ativo	2.400.074	507.756	329.613	3.237.443
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.400.074	507.756	329.613	3.237.443
Instrumentos financeiros derivativos	-	322.697	-	322.697
Títulos e valores mobiliários	2.400.074	-		2.400.074
Outros ativos financeiros		185.059	329.613	514.672
Total do passivo	-	74.288	39.106	113.394
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	74.288	39.106	113.394
Instrumentos financeiros derivativos	-	74.288	-	74.288
Contraprestação contingente – earn-out		-	39.106	39.106

O Fundo 5G investe em ações de empresas de tecnologia de capital fechado em estágio de crescimento, classificados no Nível 3 em razão da utilização de dados de entrada não observáveis para a mensuração, já que não são negociados em mercados ativo. Para tais investimentos as metodologias de avaliação foram: (i) abordagem de mercado, considerando transações recentes envolvendo títulos iguais ou semelhantes do emissor; ou (ii) abordagem de mercado, considerando múltiplos de receita de empresas comparáveis de capital aberto.

Classificado como Público

	12/2025		
	Nível 1	**Nível 2**	**TOTAL**
Total do ativo	3.955.327	627.520	4.582.847
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.955.327	627.520	4.582.847
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	3.616.535	-	3.616.535
Ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

Classificado como Público

- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da controlada TIM S.A. foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pelo Grupo

A política do Grupo estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 30 de setembro de 2026, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos do Grupo.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo e vigentes em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas no quadro a seguir:

Classificado como Público

30 de setembro de 2026

		CONTRAPARTE				% Cobertura	**TAXAS MÉDIAS *SWAP***	
Moeda	Tipo de *SWAP*	*SWAP* Dívida	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa) [1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva	
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	260.838	261.458	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.435.134	1.432.726	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	287.037	287.894	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2025

		CONTRAPARTE				% Cobertura	**TAXAS MÉDIAS *SWAP***	
Moeda	Tipo de *SWAP*	*SWAP* Dívida	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa) [1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva	
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.975	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Classificado como Público

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Set/26	1.910.274	-	1.910.274	(1.663.917)	246.356	-	-
CDI	Provável	1.910.274	-	1.910.274	(1.663.917)	246.357	-	-
	Possível	1.910.274	-	1.910.274	(1.671.950)	238.324	(8.033)	(8.033)
	Remoto	1.910.274	-	1.910.274	(1.679.924)	230.350	(16.006)	(16.006)
IPCA	provável	1.910.274	-	1.910.274	(1.663.917)	246.356	-	-
	possível	1.871.781	(38.492)	1.871.781	(1.663.917)	207.864	(38.492)	-
	remoto	1.835.078	(75.195)	1.835.078	(1.663.917)	171.161	(75.195)	-

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	13,65%	4,58%
	Possível	17,06%	4,58%
	Remoto	20,48%	4,58%
IPCA	Provável	13,65%	4,58%
	Possível	13,65%	5,73%
	Remoto	13,65%	6,87%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como o Grupo possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Classificado como Público

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2026 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2026	09/2025
Resultado líquido em operações de derivativos	50.119	(38.996)
Resultado de operações com outros derivativos	(6.864)	(165.780)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

Classificado como Público

	Controladora
	Empréstimos e financiamentos
31 de dezembro de 2025	6.517.678
Ingressos	-
Encargos financeiros	634.025
Pagamentos principal	(1.400.000)
Pagamentos de juros	(637.578)
30 de setembro de 2026	**5.114.125**

	Controladora
	Empréstimos e financiamentos
31 de dezembro de 2024	4.464.715
Ingressos	5.000.000
Encargos financeiros	518.568
Pagamentos principal	(4.411.763)
Pagamentos de juros	(450.643)
30 de setembro de 2025	**5.120.877**

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	**Passivo de arrendamento**	**Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos**
31 de dezembro de 2025	9.296.401	13.764.868	(283.492)
Ingressos	-	1.814.267	(9.200)
Saldo de Companhias adquiridas	630.762	2.084	-
Cancelamentos/Encerrados	-	(602.797)	-
Encargos financeiros	843.739	1.366.620	(43.255)
Variações cambiais, líquidas	140	-	-
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(2.941.866)	(1.169.014)	-
Pagamentos de juros	(739.823)	(1.398.223)	87.538
30 de setembro de 2026	**7.089.353**	**13.777.805**	**(248.409)**

Classificado como Público

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	7.500.216	12.575.846	(678.434)
Ingressos	5.000.000	2.245.542	-
Cancelamentos/Encerrados	-	(137.920)	522.822
Encargos financeiros	710.378	1.210.619	34.859
Variações cambiais, líquidas	(4.143)	-	4.137
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(4.720.756)	(1.177.982)	3.602
Pagamentos de juros	(509.835)	(1.210.923)	(81.703)
30 de setembro de 2025	**7.975.860**	**13.505.182**	**(194.717)**

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R$ 23 milhões (R$ 35 milhões, no mesmo período de 2025).

(ii) Refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no período.

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	Consolidado	
	09/2026	12/2025
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	4.485

ICATU, SISTEL e VIVEST

A controlada TIM S.A. patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

Classificado como Público

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela controlada TIM S.A.

38. Seguros

O Grupo mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2026, o Grupo possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração do Grupo entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$ 590.137
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 96.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 150.000
Riscos Ambientais	R$ 16.800
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais

Classificado como Público

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	09/2026	09/2025	09/2026	09/2025
Transações que não envolvem caixa				
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	-	-	(1.669.383)	(2.192.281)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	-	-	1.814.267	2.245.542
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	(282.000)	(480.000)	(447.718)	(1.169.070)
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não recebidos	349.281	1.187.813	-	-
Valores a receber - Acordo C6	-	-	-	468.000
Contraprestação contingente – earn-out e valor retido – aquisição da V8	-	-	(39.106)	-

40. Eventos Subsequentes

Incorporação da I-Systems

Em 30 de outubro de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A, aprovou a incorporação da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. pela TIM S.A. A I-Systems era titular de autorização para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") e do Serviço Limitado Privado ("SLP") perante a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). A ANATEL aprovou a operação e a consequente transferência e consolidação, em nome da TIM, das Autorizações e demais registros regulatórios relacionados aos serviços atualmente prestados pela I-Systems, nos termos do Acórdão nº 277, de 16 de outubro de 2026 e do Ato nº 13.546, de 27 de outubro de 2026, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 02.600.854/0001-34

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Mario Girasole (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora) e **Luciene Rodrigues Abrão Pandolfo** (Diretora), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2026.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2026.

MARIO GIRASOLE

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES

Diretora

LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO

Diretora

Classificado como Público

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 02.600.854/0001-34

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Mario Girasole (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora) e **Luciene Rodrigues Abrão Pandolfo** (Diretora), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2026.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2026.

MARIO GIRASOLE

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES

Diretora

LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO

Diretora

Classificado como Público